

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ

RONALDO DOS SANTOS RAIZER

**A INSERÇÃO DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA EM AÇÕES DE EXTENSÃO: UM
ESTUDO NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS**

PONTA GROSSA

2021

RONALDO DOS SANTOS RAIZER

**A INSERÇÃO DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA EM AÇÕES DE EXTENSÃO: UM
ESTUDO NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS**

**Financial education insertion in extension activities: study at public
universities**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Mestrado Profissional em Administração Pública da Universidade Tecnológica Federal do Paraná como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Administração Pública.

Orientador: Vanessa Ishikawa Rasoto

Coorientador: Gerson Ishikawa

PONTA GROSSA

2021



[4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/)

Esta licença permite remixe, adaptação e criação a partir do trabalho, para fins não comerciais, desde que sejam atribuídos créditos ao autor e que licenciem as novas criações sob termos idênticos. Conteúdos elaborados por terceiros, citados e referenciados nesta obra não são cobertos pela licença.



RONALDO DOS SANTOS RAIZER

**A INSERÇÃO DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA EM AÇÕES DE EXTENSÃO: UM ESTUDO NAS
UNIVERSIDADES PÚBLICAS**

Trabalho de pesquisa de mestrado apresentado como requisito para obtenção do título de Mestre Em Administração Pública da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Área de concentração: Administração Pública.

Data de aprovação: 08 de Outubro de 2021

Prof.a Vanessa Ishikawa Rasoto, Doutorado - Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof Abel Dionizio Azeredo, - Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof Gerson Ishikawa, - Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof Jeovan De Carvalho Figueiredo, Doutorado - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (Ufms)

Prof.a Maria Tarcisa Silva Bega, Doutorado - Universidade Federal do Paraná (Ufpr)

Documento gerado pelo Sistema Acadêmico da UTFPR a partir dos dados da Ata de Defesa em 08/10/2021.

Dedico este trabalho às minhas filhas Júlia e Lara.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, por todas as bênçãos até aqui.

À minha esposa Jaqueline, pelo apoio e incentivo desde o início de nossa jornada juntos.

Aos meus pais (*in memoriam*), que tiveram pouquíssima oportunidade de estudar, mas não deixaram de ensinar o valor da educação.

Ao professor Gerson Ishikawa, coorientador, pela dedicação e método na orientação do trabalho.

À professora Vanessa Rasoto, pela orientação do trabalho.

A todas as universidades públicas brasileiras que responderam aos pedidos de informação encaminhados, fornecendo os documentos que permitiram a realização da avaliação proposta neste trabalho.

Aos professores do programa, especialmente àqueles que ministraram disciplinas para a turma 2019.2.

Aos colegas de turma, especialmente ao Denilson, Tiago, Rodrigo, Letícia Calsavara e Edicléia, pela parceria, pelo conhecimento compartilhado e pelo apoio mútuo.

A todos os servidores da UTFPR que contribuem com a realização do PROFIAP.

Aos professores Jeovan Figueiredo e Abel Dionízio Azeredo, pelas contribuições na qualificação do projeto.

À professora Maria Tarcisa Silva Bega, por aceitar compor a banca de defesa da dissertação.

À Universidade Federal do Paraná, instituição na qual trabalho há mais de 15 anos, pelo incentivo à qualificação mediante autorização de afastamento parcial.

RESUMO

RAIZER, Ronaldo dos Santos. **A inserção da educação financeira em ações de extensão: um estudo nas universidades públicas**. 2021. 96 fls. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração Pública) — Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2021.

O desenvolvimento do mercado financeiro tem levado à oferta de produtos e serviços complexos. O papel do Estado na proteção social dos indivíduos tem sido gradativamente reduzido. Em função de mudanças demográficas, econômicas e políticas, a educação financeira tornou-se uma habilidade essencial para os indivíduos. O presente trabalho tem por objetivo avaliar a inserção da educação financeira nas ações de extensão em universidades públicas brasileiras. Para atingir o objetivo foram estabelecidas dimensões de análise comparativa de ações de extensão em educação financeira. Para a construção das dimensões foram utilizados princípios e práticas de educação financeira estabelecidos na literatura e por organismos internacionais. Foram identificadas as ações promovidas no âmbito da Estratégia Nacional de Educação Financeira. Os dados foram coletados mediante consulta a propostas, planos de trabalho e relatórios de ações de extensão em educação financeira, disponibilizados pelas universidades. As ações foram comparadas e os padrões recorrentes identificados. Os cursos ligados às áreas de Administração, Ciências Contábeis e Economia são os que mais ofertam ações de extensão em educação financeira. A parceria mais frequente é realizada com escolas públicas. Estudantes de ensino fundamental e médio são o público prioritário. As ações visam conscientizar os participantes, contribuir para o planejamento financeiro pessoal e melhorar a qualidade de vida. São organizadas em projetos, cursos, eventos, programas e prestação de serviços. As estratégias metodológicas mais utilizadas são palestras, cursos, oficinas, assessoria e distribuição de material. Planejamento, investimento, endividamento e consumo consciente são os temas mais abordados. As ações são avaliadas e os resultados são utilizados no planejamento das edições seguintes. A participação da comunidade externa no desenvolvimento das ações é limitada. A análise dos dados a partir das dimensões estabelecidas permitiu concluir que as ações desenvolvidas pelas universidades se alinham aos princípios e diretrizes estabelecidos por organismos internacionais, pesquisadores e pela Estratégia Nacional. O trabalho classifica-se como uma pesquisa qualitativa aplicada, descritiva, que utiliza fontes bibliográficas e documentais.

Palavras-chave: educação financeira, extensão, universidade

ABSTRACT

RAIZER, Ronaldo dos Santos. **Financial education insertion in extension activities: study at public universities**. 2021. 96 fls. Dissertation (Professional Master's in Public Management) — Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2021.

The development of the financial market has led to the provision of complex products and services. The role of the State in the social protection of individuals has been gradually reduced. Due to demographic, economic and political changes, financial education has become an essential skill for individuals. The present work aims to evaluate the insertion of financial education in extension actions in Brazilian public universities. To achieve the objective, dimensions of comparative analysis of extension actions in financial education were established. To construct the dimensions, principles and practices of financial education established in the literature and by international organizations were used. The actions promoted under the National Financial Education Strategy were identified. Data were collected through consultation with proposals, work plans and reports of extension actions in financial education, made available by universities. The actions were compared, and the recurrent patterns identified. The courses related to area of Administration, Accounting and Economics are the ones that offer the most extension actions in financial education. The most frequent partnership is with public schools. Elementary and high school students are the priority audience. The actions aim to raise awareness among participants, contribute to personal financial planning and improve quality of life. They are organized into projects, courses, events, programs and service provision. The most used methodological strategies are lectures, courses, workshops, advice and material distribution. Planning, investment, indebtedness and conscious consumption are the most addressed topics. The actions are evaluated, and the results are used in the planning of the following editions. The participation of the external community in the development of actions is limited. The analysis of the data from the established dimensions allowed us to conclude that the actions developed by the universities align with the principles and guidelines established by international organizations, researchers and the National Strategy of Financial Education. The work is classified as applied qualitative research, descriptive, which uses bibliographic and documentary sources.

Keywords: financial education, extension, university.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Teoria da mudança com educação financeira	21
Figura 2 - O que influencia o bem-estar financeiro?	23
Figura 3 - Termômetro de Alfabetização Financeira	29
Figura 4 - Indicador de Educação Financeira (IndEF)	30
Figura 5 - Cidadania financeira	36
Figura 6 - Dimensões da Educação Financeira nas Escolas	41
Figura 7 - Fluxograma da pesquisa	52
Gráfico 1 - Situação dos pedidos de informação	48
Gráfico 2 - Ações de extensão por área do conhecimento	54
Gráfico 3 - Estratégias metodológicas mais utilizadas	61
Quadro 1 - Aspectos essenciais das ações de educação financeira	24
Quadro 2 - As três grandes questões de educação financeira	26
Quadro 3 - Composição do Índice de Cidadania Financeira	30
Quadro 4 - Dimensões para construção de indicadores	31
Quadro 5 - Ações de educação financeira executadas pela ENEF	34
Quadro 6 - Ações de educação financeira da CVM	38
Quadro 7 - Princípios norteadores das ações educacionais da SUSEP	40
Quadro 8 - Modalidades das atividades de extensão	43
Quadro 9 - Dimensões metodológicas e analíticas à extensão	44
Quadro 10 - Categorias de análise e critérios de comparação de ações de extensão em educação financeira	50
Quadro 11 - Relação entre as dimensões de análise e a apresentação do resultado	53
Quadro 12 - Exemplos de ações realizadas em parceria com escolas	55
Quadro 13 - Projeto Educação Financeira para Todos	69
Quadro 14 - Principais resultados	75
Quadro 15 - Oportunidades de melhoria	80

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AAFPRE	Agricultores Familiares de Piedade e Região
AEF Brasil	Associação Brasileira de Educação Financeira
B3	Brasil, Bolsa, Balcão
BACEN	Banco Central do Brasil
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CNE	Conselho Nacional de Educação
COREMEC	Comitê de Regulação e Fiscalização dos Mercados Financeiro, de Capitais, de Seguros, de Previdência e Capitalização
CONEF	Comitê Nacional de Educação Financeira
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
CF	Constituição Federal
CNC	Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo
CFPB	Consumer Financial Protection Bureau
EJA	Educação de Jovens e Adultos
ENEF	Estratégia Nacional de Educação Financeira
FBEF	Fórum Brasileiro de Educação Financeira
FINRA	Investor Education Foundation
IndEF	Indicador de Educação Financeira
ICF	Índice de Cidadania Financeira
LAI	Lei de Acesso a Informação
NFCS	National Financial Capability Study
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômica
OBEP	Olimpiada Brasileira de Educação Financeira
PEF-BC	Programa de Educação Financeira do Banco Central
Peic	Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor
PISA	Programa Internacional de Avaliação de Estudantes
PREVIC	Secretaria de Previdência Complementar
PRODIN	Programa de Orientação ao Investidor
Profiap	Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional
PBF	Programa Bolsa Família
STN	Secretaria do Tesouro Nacional
SUSEP	Superintendência Nacional de Seguros Privados (SUSEP)
UEFS	Universidade Estadual e Feira de Santana
UEG	Universidade Estadual de Goiás
UEL	Universidade Estadual de Londrina
UEMA	Universidade Estadual do Maranhão
UERN	Universidade Estadual do Rio Grande do Norte

UFFS	Universidade Federal da Fronteira Sul
UFG	Universidade Federal de Goiás
UFOP	Universidade Federal de Ouro Preto
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UFT	Universidade Federal do Tocantins
UFTM	Universidade Federal do Triângulo Mineiro
UFV	Universidade Federal de Viçosa
UNESP	Universidade Estadual Paulista
UNIFAL	Universidade Federal de Alfenas
UNIFEI	Universidade Federal de Itajubá
UNIFESPA	Universidade Federal do Sul e Sudoeste de Pará
UPE	Universidade de Pernambuco
UTFPR	Universidade Tecnológica Federal do Paraná

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
1.1 CONTEXTO	13
1.2 PROBLEMA DE PESQUISA.....	15
1.3 OBJETIVOS.....	16
1.4 JUSTIFICATIVA.....	16
1.5 ESTRUTURA DO TRABALHO	18
2 REFERENCIAL TEÓRICO	19
2.1 EDUCAÇÃO FINANCEIRA	19
2.2 INSTRUMENTOS DE MENSURAÇÃO DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA	25
2.3 EDUCAÇÃO FINANCEIRA NO BRASIL	32
2.3.1 Estratégia Nacional de Educação Financeira	32
2.3.2 Banco Central do Brasil	35
2.3.3 Educação financeira para o mercado de capitais	37
2.3.4 Educação para o mercado de seguros	39
2.3.5 Educação financeira nas escolas.....	40
2.4 EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA	42
3 METODOLOGIA	46
3.1 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA	46
3.2 ESCOPO E COLETA DE DADOS	47
3.3 DIMENSÕES DE ANÁLISE E CRITÉRIOS DE COMPARAÇÃO DE AÇÕES DE EXTENSÃO EM EDUCAÇÃO FINANCEIRA.....	49
4 A INSERÇÃO DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA NAS AÇÕES DE EXTENSÃO	53
4.1 ATORES ENVOLVIDOS NA OFERTA DE AÇÕES DE EXTENSÃO	53
4.2 JUSTIFICATIVA DA OFERTA	58
4.3 RESULTADOS DE APRENDIZAGEM E ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS ESCOLHIDAS	59
4.4 CONHECIMENTO ESTENDIDO	63
4.5 CICLO DE MELHORIA	64
4.6 INTERAÇÃO COM A COMUNIDADE	66
4.7 CASOS EXEMPLARES	68
4.7.1 Educação Financeira para Todos	68
4.7.2 Educação financeira na agricultura familiar	70
4.7.3 Educação financeira, consumo sustentável, empreendedorismo e cidadania. ...	72
4.8 PRINCIPAIS RESULTADOS	74
4.9 REFLEXÕES E OPORTUNIDADES DE MELHORIA	77
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	81
REFERÊNCIAS	83
APÊNDICE A - Relação de Universidades Públicas	88
APÊNDICE B - Mensagem de solicitação dos documentos	92

APÊNDICE C - Relação de ações analisadas.....	93
--	-----------

1 INTRODUÇÃO

Governos e instituições têm mobilizado recursos para a promoção da educação financeira. O tema ganha mais relevância em momentos de crise, como a decorrente da pandemia. Neste capítulo introdutório são apresentados o contexto e as justificativas que levaram ao enfrentamento do tema. Também são estabelecidos o problema de pesquisa e os objetivos do trabalho.

1.1 CONTEXTO

A educação foi consagrada no artigo 205 da Constituição Federal (CF) de 1988 como direito de todos e dever do Estado e da família. Deve, portanto, ser promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, e tem por objetivo o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Recentemente, a CF foi emendada para que o direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida fossem incluídos entre os princípios com base nos quais o ensino será ministrado (BRASIL, 2020).

A sociedade brasileira está inserida em uma economia de mercado e as relações de consumo estão presentes desde muito cedo na vida dos indivíduos. O país também tem um elevado nível de desigualdade social. Em um contexto de recursos limitados, saber administrar as finanças pessoais torna-se fundamental para os cidadãos.

Com a estabilização econômica do Brasil, a partir de meados da década de 1990, o planejamento financeiro, assim como a contratação de empréstimos e financiamentos, foi favorecido. Como consequência, o endividamento das famílias brasileiras tem aumentado. A Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic), apurada mensalmente pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) desde janeiro de 2010, demonstra que, atualmente, cerca de 70% das famílias possuem dívidas e, aproximadamente, uma em cada quatro famílias possuem contas ou dívidas em atraso (CNC, 2020).

A expansão da oferta de crédito, o aumento da formalização do mercado de trabalho, o aumento do salário médio real das famílias e o uso de cartões de pagamento de programas sociais do governo também contribuíram para uma maior

inclusão financeira na década de 2000. A evolução do ambiente macroeconômico favoreceu maior acesso e uso de produtos e serviços financeiros e afetou o relacionamento das famílias com o sistema financeiro. Diante desse contexto, é preciso melhorar a capacidade dos usuários de compreender os instrumentos financeiros para que possam fazer escolhas adequadas aos seus perfis e necessidades (BACEN, 2018).

As mudanças no sistema de previdência social também exigem preparação dos brasileiros. As reformas têm dilatado o tempo de contribuição necessário para aposentadoria, bem como reduzido o valor esperado para o benefício. Ao mesmo tempo que a longevidade da população tem aumentado nas últimas décadas. Em função disso, as famílias precisam se precaver para garantir complemento de renda suficiente para, ao menos, manter o padrão de vida após a aposentadoria (REIS, BORGIS e SILVA, 2021).

O contexto de mudanças demográficas, econômicas e políticas tornou a educação financeira uma competência essencial para os indivíduos. Entretanto, conforme constatou a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômica (OCDE) em pesquisas realizadas em todo o mundo, a maioria da população não tem conhecimento suficiente para entender nem mesmo o básico sobre produtos financeiros e os riscos associados a eles (OCDE, 2013). Por falta de conhecimento, a maioria dos indivíduos não planeja seu futuro e deixa de tomar decisões fundamentais para a administração das suas finanças. Isso pode ter um impacto negativo no bem-estar de indivíduos ou famílias, especialmente entre grupos em situação de vulnerabilidade social.

A OCDE apoia a formulação de políticas públicas e a implementação de estratégias nacionais de educação financeira nos países membros e parceiros. No Brasil, a educação financeira ganhou status de política pública com a instituição da Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), que tem por finalidade a promoção da educação financeira e previdenciária, o fortalecimento da cidadania, contribuir com a eficiência e solidez do sistema financeiro nacional e com a tomada de decisões conscientes por parte dos consumidores (BRASIL, 2010).

Entre os parceiros potenciais para disseminação de ações de educação financeira, as universidades públicas ganham destaque por sua capilaridade, estando presentes em todas as unidades da federação. Além disso, as universidades caracterizam-se por sua produção intelectual institucionalizada, realizada mediante o

estudo sistemático dos temas e problemas mais relevantes da sociedade (BRASIL, 2019).

No exercício das suas funções, as universidades promovem ações que buscam o estreitamento e o compartilhamento de conhecimentos e saberes. Por meio de ações de extensão, as universidades exprimem seu compromisso social, produzindo mudanças na própria instituição e na comunidade externa. A construção e aplicação de conhecimentos, bem como outras atividades acadêmicas e sociais, constituem uma interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os demais setores da sociedade (CNE, 2018).

Em pesquisa realizada no Portal de Periódicos da Capes são encontrados diversos relatos de ações de extensão com o tema educação financeira. Entretanto, o Mapa da Educação Financeira no Brasil, elaborado pela ENEF contempla apenas quatro universidades públicas que são consideradas polos de educação financeira (ENEF, 2020).

Uma estratégia nacional de educação financeira, de acordo com a OCDE (2012, p. 7), é “uma abordagem coordenada nacionalmente que reconhece a importância da educação financeira, estabelecendo diretrizes e promovendo a cooperação entre as diversas partes interessadas no tema”. O passo inicial do desenvolvimento de uma estratégia nacional deve ser o levantamento e revisão de iniciativas existentes promovidas por entidades públicas e privadas. O objetivo é identificar parceiros relevantes e confiáveis, além de práticas operacionais e replicáveis, bem como possíveis ineficiências e/ou lacunas no país. (OCDE/INFE, 2012).

1.2 PROBLEMA DE PESQUISA

Tendo em vista a relevância da educação financeira para a sociedade e o papel transformador desempenhado pelas universidades por meio de ações de extensão, este projeto de pesquisa busca responder à seguinte questão: como se caracteriza a inserção da educação financeira nas ações de extensão de universidades públicas no Brasil, considerando os atores envolvidos, as metodologias empregadas, os temas desenvolvidos e os resultados observados?

1.3 OBJETIVOS

O objetivo geral deste trabalho é analisar a inserção da educação financeira nas ações de extensão de universidades públicas brasileiras. Para atingir o objetivo geral, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos:

- estabelecer dimensões de análise comparativa de ações de educação financeira, a partir de princípios e práticas de educação financeira estabelecidos na literatura e por organismos internacionais;
- exemplificar as ações de educação financeira desenvolvidas no âmbito da ENEF;
- identificar padrões recorrentes nas ações de extensão em educação financeira desenvolvidas pelas universidades brasileiras;
- comparar ações desenvolvidas pelas universidades; e,
- identificar oportunidades de melhoria com base nas dimensões de análise.
- Elaborar Produto Técnico Tecnológico que contribua com a oferta de ações de extensão em educação financeira.

1.4 JUSTIFICATIVA

De acordo com Garcia e Grifoni *et al.* (2013), a educação financeira tornou-se uma prioridade política para instituições públicas em todo o mundo. No Brasil, a educação financeira é uma política de Estado (BRASIL, 2020) e foi incluída como tema transversal nos currículos escolares a partir de 2020 (GIORDANO, ASSIS e COUTINHO, 2019).

Os dados do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA, na sigla em inglês), demonstram que a promoção da educação financeira é uma necessidade da população brasileira. De acordo com resultados da edição de 2018, quatro em cada dez estudantes brasileiros não dispõem das habilidades mínimas em finanças pessoais e podem precisar de apoio para atividades simples do dia a dia (OCDE, 2020).

O PISA abrange quatro categorias de conteúdo consideradas essenciais para a educação financeira: dinheiro e transações; planejamento e gestão das finanças;

risco e recompensa e cenário financeiro. Os resultados da edição de 2018 também revelaram que menos de 2% dos estudantes brasileiros atingem o nível mais alto de proficiência em educação financeira.

Com a educação financeira, os cidadãos passam a ter uma maior capacidade de compreender as políticas econômicas e sociais adotadas no país e têm melhores condições de defender seus direitos de consumidor financeiro (GARCIA, GRIFONI, *et al.*, 2013). Esse caráter cívico da educação financeira alinha-se ao conceito de extensão universitária, que tem entre seus pilares a “produção e a construção de conhecimentos, atualizados e coerentes, voltados para o desenvolvimento social, equitativo, sustentável, com a realidade brasileira” (CNE, 2018, p. 2).

A OCDE (2012) recomenda que a implementação de uma estratégia nacional de educação financeira seja precedida de um mapeamento de ações de educação financeira existentes. O exercício de mapeamento permite identificar parceiros relevantes e confiáveis, práticas operacionais e replicáveis, bem como possíveis lacunas. Assim, realizar a caracterização das ações de educação financeira promovidas pelas universidades públicas poderá contribuir para a implementação da ENEF.

Este trabalho está vinculado ao Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional (Profiap) da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). O programa destina-se a “formar profissionais com nítido entendimento do papel do Estado no Brasil, do exercício da cidadania e preocupados com as questões éticas, sociais e ambientais que subsidiarão as políticas públicas que impactam a sociedade” (UTFPR, 2021, p. 1). A atualidade do tema e sua relevância para a sociedade demonstram o alinhamento do projeto aos objetivos do Profiap e justificam sua execução.

Além disso, os trabalhos de conclusão de curso em mestrados profissionais devem alinhar-se à área de atuação do profissional-aluno (UTFPR, 2021). O pesquisador ocupa o cargo de Técnico em Assuntos Educacionais na Universidade Federal do Paraná (UFPR), o qual tem como finalidade contribuir para a regularidade do desenvolvimento do processo educativo e entre suas atividades típicas está a elaboração de projetos de extensão. Assim, tanto o tema quanto o objeto da pesquisa estão alinhados à área de atuação do profissional-aluno.

A realização da pesquisa poderá contribuir para o aprimoramento das ações de educação financeira desenvolvidas pelas universidades. Além disso, espera-se

que os resultados alcançados forneçam subsídios para formuladores de políticas públicas e planejadores de ações em educação financeira.

1.5 ESTRUTURA DO TRABALHO

Este trabalho é composto por cinco capítulos, incluindo esta introdução. O segundo capítulo abrange o referencial teórico e tem por objetivo subsidiar a elaboração de categorias de análise de ações de extensão com o tema educação financeira. No terceiro capítulo são apresentados a classificação da pesquisa e os procedimentos metodológicos utilizados no seu desenvolvimento. No quarto capítulo são apresentados os resultados da pesquisa. O último capítulo é dedicado às considerações finais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Os formuladores de políticas públicas têm demonstrado interesse crescente na formulação de estratégias e programas para educação financeira. Pereira *et al.* (2019), ao sintetizar os argumentos favoráveis à sua adoção, argumentam que a educação financeira impulsionaria a capacitação financeira das famílias por meio da transferência de informações sobre o correto gerenciamento das finanças pessoais, empoderando os cidadãos.

Este capítulo tem por objetivo estabelecer conceitos e parâmetros para avaliação das ações de extensão em educação financeira. A primeira seção apresenta as dimensões que compõem o conceito de educação financeira. O tema é apresentado na perspectiva de pesquisadores e organismos internacionais. Na sequência são apresentados instrumentos de mensuração da educação financeira. Na seção seguinte, apresenta-se um panorama das ações e entidades envolvidas com a promoção da educação financeira no Brasil. Na última seção são apresentadas as características da extensão no Brasil, segundo o marco regulatório mais recente, bem como categorias para análise de ações de extensão.

2.1 EDUCAÇÃO FINANCEIRA

O desenvolvimento do mercado financeiro e as mudanças demográficas, econômicas e políticas têm tornado a capacitação financeira uma habilidade essencial para os indivíduos (OCDE, 2013). Assim, a implementação de programas e estratégias de educação financeira passaram a integrar a agenda dos governos. A OCDE (2020) reconheceu oficialmente a importância da educação financeira em 2002, com o lançamento de um projeto único e abrangente de cooperação entre os países membros. A organização desenvolveu em 2005 uma definição de educação financeira que foi ratificada em 2012:

Educação financeira é o processo pelo qual consumidores/investidores financeiros aprimoram sua compreensão sobre produtos e conceitos financeiros e, por meio de informação, instrução e/ou aconselhamento objetivo, desenvolvem as habilidades e a confiança para se tornarem mais conscientes de riscos e oportunidades financeiras, a fazer escolhas informadas, a saber onde buscar ajuda, e a tomar outras medidas efetivas para melhorar seu bem-estar financeiro. (OCDE, 2005).

A definição cunhada é utilizada por muitos países (OCDE, 2013) e por diversos autores (FORTE, 2020; HOFMANN, 2013; LUSARDI, MITCHELL, 2014; POTRICH, *et al*, 2016 e SAVOIA, SAITO, SANTANA, 2007). O papel destacado da OCDE na promoção da educação financeira em países membros e parceiros em todo o mundo, e o fato de a definição contemplar os principais termos relacionados à educação financeira, justificam sua utilização recorrente.

A definição qualifica os sujeitos da educação financeira como consumidores e investidores, uma vez que as relações de consumo e a formação de poupança são aspectos-chave nas finanças pessoais. O mesmo pode ser dito em relação ao conceito de risco. O desenvolvimento de habilidades e confiança reforçam a necessidade de a educação financeira proporcionar mudanças de comportamento e, finalmente, o bem-estar financeiro é apontado como seu fim último.

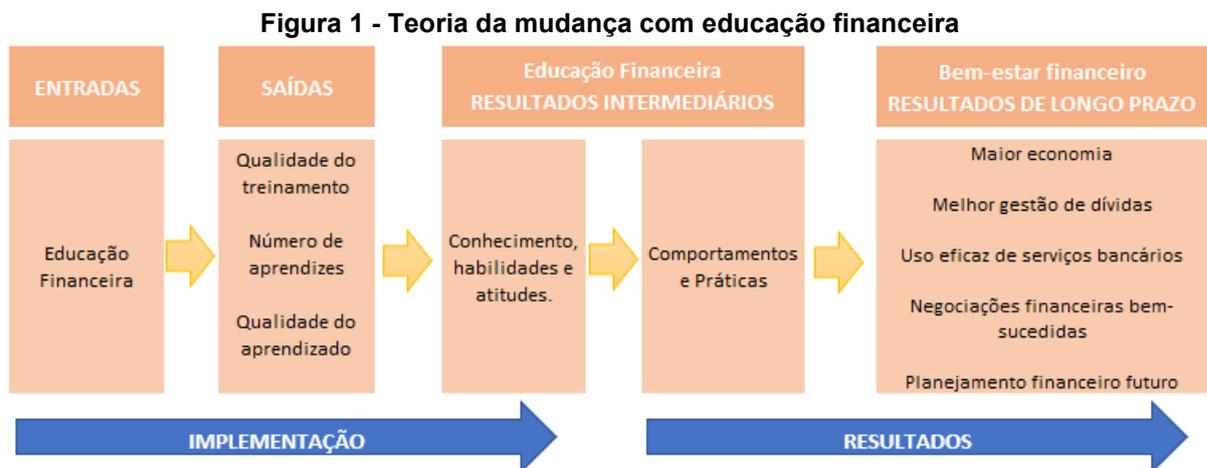
A definição forjada pela OCDE explora ainda as metodologias utilizadas na promoção da educação financeira: informação, instrução e aconselhamento objetivo. Informação envolve prover os indivíduos com fatos, dados e conhecimento específico para análise de oportunidades, escolhas e consequências. Instrução relaciona-se às ferramentas e habilidades que podem ser adquiridas mediante treinamento ou estudo guiado. E aconselhamento envolve garantir aos consumidores orientação sobre questões financeiras genéricas para que possam fazer o melhor uso das informações financeiras e instruções que receberam (OCDE, 2005).

Remund (2010) explorou as definições de educação financeira utilizadas em pesquisas, percepções de especialistas e programas voltados à temática. Para o autor, o conceito de educação financeira engloba um conjunto amplo de aspectos. Parte da competência para comunicar conceitos financeiros-chaves, passa pela aptidão para gerenciar finanças pessoais e pela habilidade em tomar decisões financeiras apropriadas e chega até a confiança no planejamento eficaz para as necessidades financeiras futuras. As percepções do autor foram sintetizadas na seguinte definição:

A educação financeira é uma medida do grau em que alguém entende os principais conceitos financeiros e possui a capacidade e confiança para administrar as finanças pessoais por meio de tomadas de decisão de curto prazo adequadas e planejamento financeiro sólido e de longo prazo, enquanto atento aos eventos da vida e às mudanças das condições econômicas. (REMUND, 2010).

Na definição, o conhecimento, a capacidade e a confiança formam os alicerces da tomada de decisão. As ações devem contemplar o planejamento de curto, médio e longo prazos para que possam se adequar aos eventos da vida e às mudanças nas condições econômicas. Ao estabelecer a educação financeira como medida, fica realçada a necessidade de realizar um diagnóstico da população para a oferta de ações de educação financeira. A utilização de instrumentos com essa finalidade é uma das categorias de análise deste estudo.

Para o Banco Mundial (ZOTTEL e GRADSTEIN, 2018), educação financeira é a ferramenta para melhorar a capacidade de os indivíduos agirem no melhor interesse financeiro, considerando as condições socioeconômicas. A educação financeira inclui competências e comportamentos em relação ao gerenciamento de recursos e a compreensão, seleção e utilização de serviços financeiros adequados às suas necessidades, assim, ações voltadas à temática, “quando desenvolvidas usando boas práticas e baseadas em princípios de sucesso, podem promover um maior conhecimento financeiro, promover mudanças de atitudes e levar a mudanças de comportamento a longo prazo” (ZOTTEL e GRADSTEIN, 2018, p. 3).



Fonte: Traduzido de Zottel e Gradstein (2018)

As melhorias comportamentais proporcionadas por ações de educação financeira podem ser observadas em vários resultados principais. De imediato,

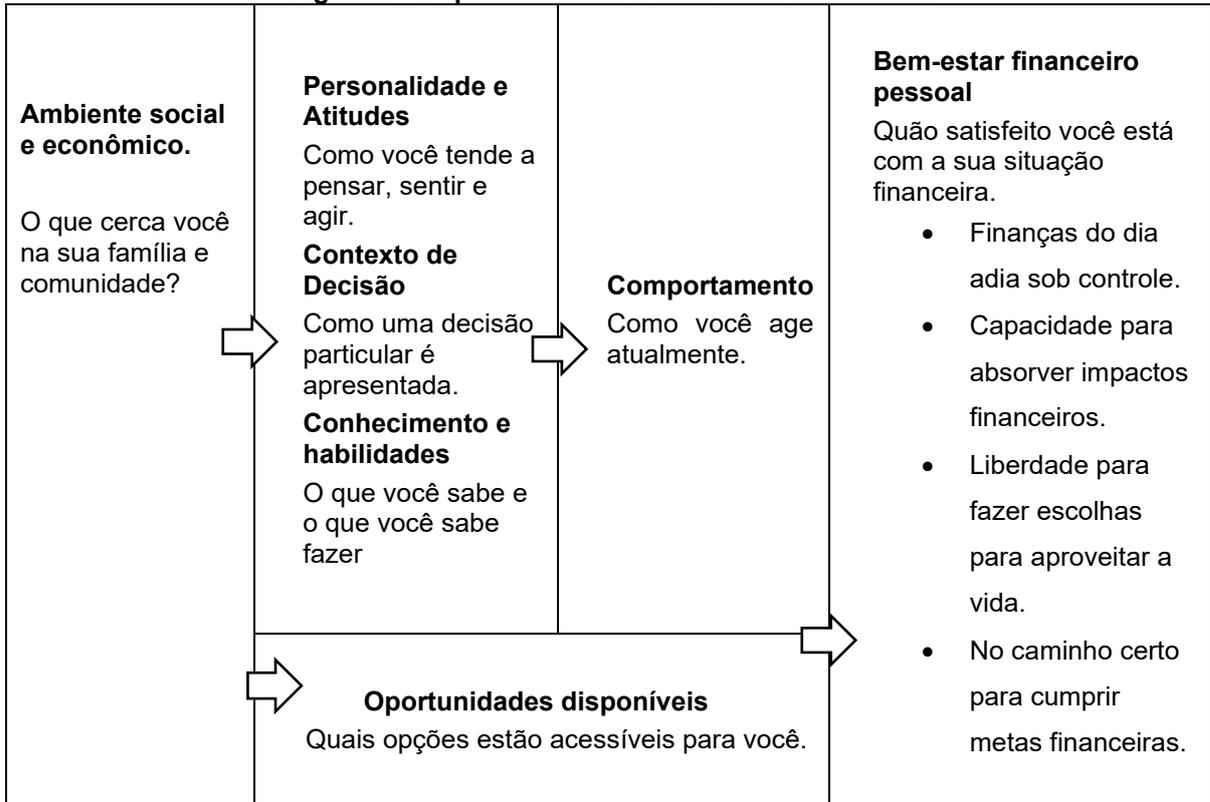
espera-se que o incremento nos conhecimentos e ferramentas e a reflexão sobre as atitudes conduzam a mudanças nos comportamentos e práticas. Como resultados de longo prazo, espera-se o aumento na capacidade de poupança, melhoria na gestão de dívidas, utilização responsável e eficaz de serviços bancários, ampliação da capacidade de negociação financeira e da capacidade de planejamento financeiro (ZOTTEL e GRADSTEIN, 2018).

As definições apresentadas demonstram que ações de educação financeira devem ser planejadas levando-se em conta que mudanças comportamentais são necessárias na busca do bem-estar financeiro. O conhecimento sobre os produtos e serviços financeiros é fundamental, porém não é suficiente. As ações devem integrar dimensões como atitudes, comportamentos e confiança dos indivíduos, pois a educação financeira extrapola o simples oferecimento de informações e conselhos (OCDE, 2005).

O Gabinete de Proteção ao Consumidor Financeiro (CFPB, na sigla em inglês para *Consumer Financial Protection Bureau*) é uma agência do governo norte-americano que, entre outras funções, promove a educação e capacitação dos consumidores para tomada de decisões financeiras mais bem informadas. As ações do CFPB estão calcadas no conceito de bem-estar financeiro que, para a entidade, é “um estado de ser em que uma pessoa pode cumprir plenamente as obrigações financeiras atuais e em curso, pode se sentir segura em relação ao futuro das suas finanças, e pode fazer escolhas que lhe permitam aproveitar a vida” (CFPB, 2017, p. 10).

A definição de bem-estar financeiro utilizada pelo CFPB foi desenvolvida a partir de análises de entrevistas com consumidores e profissionais, de produção acadêmica sobre o tema e de consulta a especialistas. Como resultado, foram identificados múltiplos fatores que influenciam no nível de bem-estar financeiro dos indivíduos, conforme descrito na Figura 2.

Figura 2 - O que influencia o bem-estar financeiro?



Fonte: Traduzido de CFPB (2017).

A educação financeira pode ser um catalisador das ações em direção à melhoria do bem-estar financeiro. Entretanto, as ações devem levar em conta oportunidades e barreiras, juntamente a outros desafios e circunstâncias particulares dos indivíduos (CFPB, 2017). Para orientar o desenvolvimento de ações eficazes, o CFPB estabeleceu cinco princípios:

1. conheça os indivíduos e famílias a serem atendidos;
2. forneça informações úteis, relevantes e oportunas;
3. melhore as principais habilidades financeiras;
4. construa uma motivação; e,
5. facilite a tomada de boas decisões e o seu acompanhamento.

A OCDE também divulgou um conjunto de princípios e boas práticas em educação financeira. A publicação contém princípios gerais, recomendações específicas para a ação do setor público na promoção do tema. Também são abordados o papel das instituições financeiras nas ações educativas, educação financeira para poupança e aposentadoria e diretrizes para o planejamento e execução de ações e programas específicos (OCDE, 2005).

De acordo com a publicação, as ações e programas de educação financeira devem ajudar os consumidores a compreender os riscos dos diferentes tipos de produtos e serviços financeiros. O desenvolvimento de metodologias para avaliar os programas existentes, assim como o estabelecimento de diretrizes nacionais, são encorajados. A fim de alcançar cobertura e exposição mais amplas, deve-se promover o uso de todos os meios de comunicação disponíveis para a divulgação de mensagens educativas. Além disso, os programas devem ser adequados às condições e características do público-alvo que pretendem atingir (OCDE, 2005).

Quadro 1 - Aspectos essenciais das ações de educação financeira

Elementos	Descrição	Referências
Público-alvo	A definição do público-alvo é um ponto-chave para o estabelecimento de prioridades em educação financeira, bem como para adequação das estratégias metodológicas. São exemplos de segmentação do público-alvo: jovens, mulheres, aposentados e beneficiários de programas de transferência de renda.	OCDE (2005) e CFPB (2017)
Tipo de atividade e metodologias	As ações devem ser desenvolvidas utilizando boas práticas e princípios de sucesso. Podem ser ofertadas por meio de informação, instrução ou aconselhamento e devem utilizar todos os meios de comunicação disponíveis.	OCDE (2005) e Zottel e Gradstein (2018)
Temas abordados	As ações devem oferecer informações úteis, relevantes e oportunas, para entendimento dos principais conceitos financeiros. São exemplos de temas: o planejamento financeiro pessoal, poupança, risco, endividamento e contratação de seguros.	OCDE (2005), REMUND (2010), CFPB (2017) e Zottel e Gradstein (2018).
Mudança de comportamento	A transmissão de informações não é suficiente. As ações devem favorecer mudanças de comportamento.	OCDE (2005), REMUND (2010), CFPB (2017) e Zottel e Gradstein (2018).
Objetivos esperados e resultados de aprendizagem	A finalidade da educação financeira é a melhoria do bem-estar financeiro. Assim, espera-se que o cidadão tenha as competências e confiança necessárias para tomada de decisões adequadas ao seu perfil e ambiente social e econômico.	OCDE (2005), Remund (2010), CFPB (2017), Zottel e Gradstein (2018) e Pereira <i>et al.</i> (2019)
Avaliação	É enfatizada a necessidade de avaliação, tanto das ações quanto das competências do público-alvo.	OCDE (2005), Remund (2010) e CFPB (2017)

Fonte: Elaborado pelo autor.

A OCDE encoraja o desenvolvimento de programas de multiplicadores, com vistas a formar educadores, assim como a disponibilização de materiais didáticos. Em relação ao conteúdo, os programas de educação financeira devem focar, particularmente, aspectos importantes do planejamento financeiro pessoal, como a

poupança e a aposentadoria, o endividamento e a contratação de seguros e a formação de poupança (OCDE, 2005).

A partir dos conceitos e boas práticas apresentadas, foram identificados os aspectos essenciais para oferta de ações de educação financeira, que são sintetizados no Quadro 1. Na próxima seção serão apresentados instrumentos utilizados para mensuração da educação financeira visando identificar as dimensões consideradas na elaboração dos indicadores.

2.2 INSTRUMENTOS DE MENSURAÇÃO DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA

A OCDE (2005) estabeleceu entre os princípios para a educação financeira a necessidade de os programas centrarem-se em questões de alta prioridade. A definição de prioridades depende das necessidades de cada grupo e podem incluir aspectos importantes para as finanças pessoais como planejamento, endividamento, investimento ou noções básicas de matemática financeira, por exemplo.

A identificação do nível de educação financeira dos indivíduos é um desafio, pois, segundo Vieira *et al.* (2019, p. 3), não existe “um modelo de mensuração universal para indicação do nível de educação financeira dos indivíduos e, conseqüentemente, dos focos prioritários de atuação em diferentes perfis da população”. Assim, ao longo dessa seção são apresentados modelos de mensuração e indicadores de educação financeira.

Lusardi e Mitchell (2014) desenvolveram um conjunto de três perguntas que tratam de taxas de juros, inflação e diversificação de risco que foram validadas em estudos nos Estados Unidos e em diversos outros países. De acordo com as autoras, o modelo foi composto seguindo quatro princípios fundamentais. O primeiro é a simplicidade: as questões devem medir o conhecimento dos temas fundamentais para a tomada de decisão. As questões devem estar relacionadas a conceitos pertinentes às decisões financeiras cotidianas das pessoas ao longo do ciclo de vida, indicando sua relevância. O terceiro princípio é o da brevidade, um número reduzido de perguntas facilita a adoção do modelo de forma generalizada. E, por fim, as questões devem avaliar conceitos distintos, permitindo a comparação entre os respondentes.

Quadro 2 - As três grandes questões de educação financeira

1) Suponha que você tenha \$ 100 em uma conta poupança e a taxa de juros seja de 2% ao ano. Após 5 anos, quanto você acha que teria na conta se deixasse o dinheiro crescer?

Mais de \$ 102

Exatamente \$ 102

Menos de \$ 102

Não sei

Recusar responder

2) Imagine que a taxa de juros da sua conta poupança fosse de 1% ao ano e a inflação de 2% ao ano. Após 1 ano, quanto você poderia comprar com o dinheiro desta conta?

Mais que hoje

Exatamente o mesmo

Menos do que hoje

Não sei

Recusar responder

3) Diga-me se esta afirmação é verdadeira ou falsa. “Comprar ações de uma única empresa geralmente oferece um retorno mais seguro do que um fundo de ações.”

Verdadeiro

Falso

Não sei

Recusar responder

Fonte: Lusardi e Mitchell (2014)

As duas primeiras questões avaliam o conhecimento sobre taxa de juros e inflação, considerados básicos para a tomada de decisões financeiras. A terceira questão avalia o risco de investir em ações em comparação com a opção por fundos de ações. Além do conhecimento sobre os termos “ações” e “fundos de ações”, a questão exige entendimento sobre o papel da diversificação de ativos para mitigar os riscos. De acordo com Lusardi e Mitchell (2014), considerando a realidade dos Estados Unidos, muitas decisões sobre a poupança para a aposentadoria devem lidar com os mercados financeiros, sendo importante o conhecimento do mercado de ações.

Nos Estados Unidos, a Fundação de Educação do Investidor (FINRA, na sigla para *Investor Education Foundation*) realiza desde 2009 um estudo nacional sobre a capacidade financeira dos americanos (FINRA, 2021). O *National Financial Capability Study* (NFCS) tem periodicidade trienal e é realizado em todos os estados do país, com mais de 25.000 americanos. O questionário conta com cinco questões para avaliação da educação financeira, sendo três idênticas às desenvolvidas por Lusardi e Mitchel. A quarta questão aborda a relação entre taxa de juros e valor de títulos públicos e a quinta versa sobre a relação entre prazo de financiamento e valor dos juros pagos. O questionário também contempla um extenso levantamento de perfil dos participantes, pois:

A capacidade financeira não pode ser medida simplesmente olhando para um indicador, como conhecimento demonstrado de termos ou conceitos específicos. Em vez disso, a capacidade financeira abrange vários aspectos do comportamento relacionados a como os indivíduos gerenciam seus recursos e como tomam decisões financeiras (incluindo os fatores que consideram e os conjuntos de habilidades que usam). É um conceito multidimensional que requer olhar para o comportamento individual de vários ângulos. (FINRA, 2021, p. 1).

As questões incluem dados demográficos, atitudes e comportamentos, utilização de serviços bancários, planos de aposentadoria, financiamento imobiliário, autoconfiança e educação financeira (FINRA, 2018). A abrangência dos dados coletados pelo NFCS permite um retrato completo dos consumidores e investidores americanos.

A OCDE/INFE também desenvolveu um kit para mensuração da educação e inclusão financeira. O componente de Educação Financeira do questionário reflete a definição proposta pela instituição, contemplando uma “combinação de consciência, conhecimentos, habilidades, atitudes e comportamentos necessários para tomar decisões financeiras sólidas e, finalmente, alcançar bem-estar financeiro individual.” (OCDE/INFE, 2018, p. 5).

As perguntas elaboradas pela OCDE/INFE cobrem o planejamento e a gestão das finanças, a escolha e o uso de produtos financeiros, o conhecimento financeiro e uma gama de atitudes e comportamentos que afetam a educação financeira e o bem-estar financeiro. O questionário contempla ainda perguntas sobre serviços financeiros digitais e cripto-ativos, e se os respondentes tiveram experiências

como vítimas de golpes financeiros (OCDE/INFE, 2018). Tal qual o NFCS, o kit contempla um conjunto expressivo de questões que permitem obter o perfil socioeconômico dos respondentes.

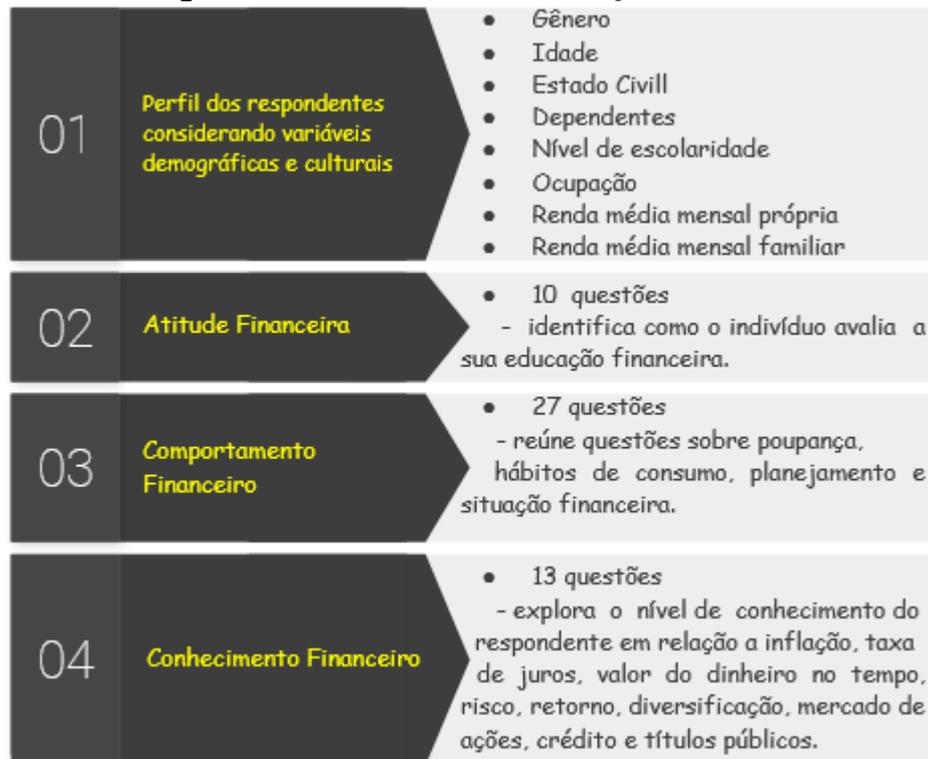
De acordo com a OCDE/INFE (2018, p. 5), a utilização do kit de ferramentas permite “identificar grupos-alvo e priorizar iniciativas, ao mesmo tempo que dá um importante sinal de que os esforços nacionais de educação financeira estão sendo implementados de acordo com as boas práticas internacionais”. A organização defende ainda que o uso de um kit padronizado fornece informações valiosas sobre a educação financeira e permite a comparação entre países com características semelhantes.

Outro indicador de educação financeira proposto pela OCDE é construído no âmbito do PISA, uma pesquisa trienal com estudantes de 15 anos que avalia até que ponto eles adquiriram conhecimentos-chave e habilidades essenciais para a plena participação na vida social e econômica. As avaliações incluem as principais disciplinas escolares como Leitura, Matemática e Ciências e mensuram o quanto os alunos conseguem extrapolar o que aprenderam e aplicar seus conhecimentos (OCDE, 2020).

Desde a edição do ano 2012, o PISA também avalia a alfabetização financeira dos estudantes. O objetivo do programa é avaliar até que ponto os alunos em vinte países e economias participantes tem os conhecimentos e as habilidades, adquiridos dentro e fora da escola, para tomar decisões financeiras e planejar o futuro. O exame abrange quatro categorias de conteúdo considerados essenciais para a educação financeira: dinheiro e transações; planejamento e gestão das finanças; risco e recompensa e cenário financeiro. Os contextos utilizados no exame são educação e trabalho, casa e família, individual e social. Os alunos também respondem questionários socioeconômicos e sobre suas experiências com educação financeira (OCDE, 2020)

No contexto brasileiro, Potrich, Vieira e Kirch (2016) desenvolveram um indicador denominado de Termômetro de Alfabetização Financeira utilizando um questionário estruturado com quatro blocos de perguntas para mensurar a educação financeira dos indivíduos. O objetivo é explorar o nível de conhecimento financeiro do respondente, seu comportamento financeiro e atitudes. O indicador proposto permite classificar os indivíduos como possuidores de baixo ou alto nível de alfabetização financeira.

Figura 3 - Termômetro de Alfabetização Financeira



Fonte: Elaborado pelo autor com base em Potrich, Vieira e Kirch (2016).

Vieira, Moreira Junior e Potrich (2019) desenvolveram um indicador de educação financeira a partir da Teoria da Resposta ao Item. O indicador construído foi validado em pesquisa com mais de 1500 entrevistados e permite a construção dos níveis de proficiência em educação financeira. O questionário é composto por dois grupos de questões. O primeiro contém oito itens e visa medir habilidades financeiras básicas, como taxas de juros simples e compostos, valor do dinheiro no tempo e operações matemáticas simples. Já o segundo grupo, composto de cinco itens, buscou explorar o nível de conhecimento em relação a instrumentos financeiros complexos como ações, títulos públicos, inflação e diversificação de risco.

A Serasa Experian, empresa que atua desenvolvendo soluções para reduzir riscos de crédito para o fornecedor, desenvolveu o Indicador de Educação Financeira (IndEF), que é divulgado desde 2013. O indicador tem por objetivo “aprofundar os conhecimentos sobre o nível de educação financeira do cidadão brasileiro, entendendo suas necessidades e hábitos financeiros” (SERASA, 2014, p. 3). Com a iniciativa, a empresa procura entender se a atitude, o comportamento e o conhecimento financeiro dos consumidores são – ou não – influenciados por seus ganhos mensais, idade, sexo e escolaridade. Para construção do indicador são

aplicados questionários de múltipla escolha e perguntas que levantam o perfil sociodemográfico dos respondentes.

Figura 4 - Indicador de Educação Financeira (IndEF)



Fonte: Elaborado pelo autor com base em SERASA (2014).

Para mensurar o desenvolvimento da cidadania financeira no Brasil, o Banco Central (BACEN) desenvolveu o Índice de Cidadania Financeira (ICF). O índice é composto por dois indicadores, conforme detalhado no Quadro 3. A educação financeira, na composição do índice, é mensurada de forma indireta tendo em vista o entendimento que a evolução de dados sobre inadimplência e endividamento, além dos dados sobre poupança, sinalizam o grau de educação financeira do cidadão.

Quadro 3 - Composição do Índice de Cidadania Financeira

Indicadores do Índice de Inclusão Financeira (IIF)	Indicadores do Índice de Educação Financeira (IEF)
- Quantidade de pontos de atendimento por 10 mil adultos	- Inadimplência da carteira de crédito – Total – %
- Quantidade de POSs por 10 mil adultos	- Indicador de endividamento PF (sem imobiliário)
- Percentual da população com acesso à internet	- Percentual da população adulta que contribui para o INSS**
- Percentual de adultos com relacionamento bancário	- Depósitos <i>per capita</i>
- Percentual de adultos tomadores de crédito	
- Taxa média de juros das operações de crédito com recursos livres – Pessoas físicas – Crédito pessoal não consignado – % a.a.	
- População inscrita no Cadastro Único* com relacionamento com instituições financeiras – %	
- População inscrita no Cadastro Único com cartão de crédito na modalidade à vista/parcelado lojista – %	
- Inscritos no Cadastro Único com operações de crédito – %	

*Cadastro Único para Programas Sociais ou CadÚnico é um instrumento de coleta de dados e informações que objetiva identificar todas as famílias de baixa renda existentes no país para fins de inclusão em programas de assistência social e redistribuição de renda. Sua gestão é de responsabilidade do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS).

** Esse indicador foi considerado como uma *proxy* para avaliar a formação de poupança para o futuro, um dos pontos-chave da educação financeira.

Fonte: BACEN (2018).

A mensuração dos conhecimentos dos participantes é um instrumento importante no planejamento das ações de educação financeira. Nos indicadores avaliados, os principais temas abordados foram juros, inflação, endividamento, poupança e aplicações no mercado financeiro. Entretanto, a educação financeira deve ir além da transmissão de conhecimento, com instrumentos que promovam reflexão e mudança em atitudes e comportamentos. No Quadro 4 são descritas as principais dimensões avaliadas pelos indicadores.

Quadro 4 - Dimensões para construção de indicadores

Dimensão	Itens avaliados	Indicadores/autores
Conhecimento	Juros, inflação, produtos e serviços financeiros; risco, direitos e responsabilidades e operações matemáticas.	Lusardi e Mitchell (2014); NFCS – FINRA (2021); Kit OCDE/INFE (2018); PISA – OCDE (2020 b); Potrich, Vieira e Kirch (2016); Vieira, Moreira Junior e Potrich (2019); IndEF – SERASA (2014);
Perfil socioeconômico	Gênero, idade, escolaridade, estado civil, escolaridade dos responsáveis, renda familiar, renda individual, vínculo empregatício e acesso a serviços bancários.	NFCS – FINRA (2021); Kit OCDE/INFE (2018); PISA – OCDE (2020 b); Potrich, Vieira e Kirch (2016); IndEF – SERASA (2014).
Atitudes e comportamentos	Relação com o dinheiro, planejamento, nível de confiança, tomada de decisão; poupança e endividamento.	NFCS – FINRA (2021); Kit OCDE/INFE (2018); Potrich, Vieira e Kirch (2016); IndEF – SERASA (2014); ICF – BACEN (2018).
Uso de produtos e serviços financeiros	Crédito, financiamento habitacional, cartão de crédito, seguros e investimentos.	NFCS – FINRA (2021); Kit OCDE/INFE (2018); ICF – BACEN (2018.)
Educação financeira recebida	Duração e qualidade da educação financeira recebida, confiança nos conhecimentos de finanças e matemática.	NFCS – FINRA (2021); Kit OCDE/INFE (2018); PISA – OCDE (2020 b); Potrich, Vieira e Kirch (2016).

Fonte: Elaborado pelo autor.

A educação financeira não pode se limitar a descrever as características e qualificações individuais, sem avaliar o ambiente social, econômico, financeiro e jurídico no qual os indivíduos estão inseridos. O planejamento de ações de educação financeira deve levar em conta o ambiente econômico e social. Na próxima seção serão abordadas as principais iniciativas que compõem a ENEF.

2.3 EDUCAÇÃO FINANCEIRA NO BRASIL

A educação financeira tem ganhado espaço na agenda pública brasileira e tonou-se política pública com a criação da ENEF (BRASIL, 2010). O avanço também ocorre com a previsão de inclusão do tema nos currículos escolares e com ações de entidades públicas e privadas que fomentam ou promovem ações de educação financeira. Ao longo dessa seção será apresentado um panorama das ações e entidades envolvidas com a promoção da temática no Brasil.

2.3.1 Estratégia Nacional de Educação Financeira

Em janeiro de 2006, o governo federal instituiu o Comitê de Regulação e Fiscalização dos Mercados Financeiro, de Capitais, de Seguros, de Previdência e Capitalização (Coremec), com a finalidade de promover a coordenação e o aprimoramento da atuação das entidades da administração pública federal que regulam e fiscalizam as atividades relacionadas à captação pública da poupança popular. O comitê, de caráter consultivo, era integrado pelo Banco Central, Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Secretaria de Previdência Complementar (PREVIC) e Superintendência Nacional de Seguros Privados (SUSEP) (BRASIL, 2006).

Um ano após sua criação, o Coremec instituiu grupo de trabalho com a finalidade de melhorar a educação financeira da população brasileira e, após 18 meses de estudo e pesquisa os trabalhos foram concluídos (ENEF, 2010). Entretanto, a instituição da ENEF ocorreu apenas em 22 de dezembro de 2010, com a publicação do Decreto nº 7.397/2010, que previa:

Art. 1º - Fica instituída a Estratégia Nacional de Educação Financeira - ENEF com a finalidade de promover a educação financeira e previdenciária e contribuir para o fortalecimento da cidadania, a eficiência e solidez do sistema financeiro nacional e a tomada de decisões conscientes por parte dos consumidores. (BRASIL, 2010).

O Decreto nº 7.397/2010 previa, ainda, que a implementação da ENEF teria como diretrizes: a atuação permanente e em âmbito nacional; a gratuidade das ações; a prevalência do interesse público; a atuação por meio de informação, formação e

orientação; a centralização da gestão e a descentralização da execução das atividades; a formação de parcerias e a avaliação e revisão periódicas (BRASIL, 2010).

O estabelecimento das diretrizes, objetivos e prioridades da ENEF foi fortemente amparado nas diretrizes preconizadas pela OCDE e em pesquisa nacional do grau de educação financeira da população brasileira. As ações e programas existentes no Brasil e as experiências internacionais de países como Estados Unidos, Reino Unido, Espanha, Austrália e Nova Zelândia, também serviram de subsídios (ENEF, 2010b).

O referido decreto previu, ainda, a criação do Comitê Nacional de Educação Financeira (CONEF) responsável por definir planos, programas, ações e coordenar a execução da ENEF. O comitê era composto por integrantes do governo e representantes da sociedade civil. Os programas da ENEF são guiados pelo Plano Diretor (ENEF, 2020), que estabelece cenários e desafios para a educação financeira. Devem ser contemplados os seguintes temas: planejamento financeiro, economia, serviços financeiros, crédito e juros, investimentos, previdência social, seguros, capitalização e proteção e defesa do consumidor. O documento apresenta propostas de atuação para implementação da educação financeira nas escolas e para adultos e discorre sobre os mecanismos de governança da ENEF.

Assim como na maioria dos países, a estratégia de educação financeira no Brasil teve sua governança protagonizada, preponderantemente, pelos órgãos reguladores do mercado financeiro (FORTE, 2020). Em 2011, as instituições representantes do mercado financeiro se uniram para instituir a Associação Brasileira de Educação Financeira (AEF-Brasil), sob a forma de organização sem fins lucrativos.

A AEF-Brasil tinha como objetivo desenvolver ações voltadas para promover a educação financeira e destacar sua relevância. Após celebrar convênio com o CONEF visando ao “desenvolvimento dos programas transversais por meio da captação de recursos com o setor privado e à parceria com uma série de empresas e organizações brasileiras e multinacionais” (FORTE, 2020, p. 26), a AEF Brasil tornou-se a executora oficial da ENEF.

O plano de ação da ENEF previu ações setoriais, realizadas diretamente por cada instituição participante da estratégia, e ações transversais, realizadas de forma centralizada pelo CONEF mediante a parceria com a AEF-BRASIL. As principais ações executadas pela ENEF, de forma centralizada, foram o Programa Educação

Financeira nas Escolas, o Programa Educação Financeira para Adultos em Vulnerabilidade, o Selo ENEF, a realização da Semana ENEF, a manutenção do *site* Vida e Dinheiro e o mapeamento nacional de ações de educação financeira.

O mapeamento realizado tem natureza de um levantamento quantitativo, que estimula o debate e amplia a visão sobre o assunto. A partir do mapeamento nacional e de outras iniciativas da ENEF, o site Vida e Dinheiro apresenta um Mapa da Educação Financeira no Brasil. As universidades federais de Tocantins, da Paraíba, de Itajubá e da Fronteira Sul são listadas como polos educacionais, porém, o mapa não apresenta iniciativas desenvolvidas em outras universidades (ENEF, 2020).

Quadro 5 - Ações de educação financeira executadas pela ENEF

Ação	Objetivo	Público-Alvo	Resultados
Programa Educação Financeira nas Escolas	Introduzir a educação financeira na educação básica.	Crianças e jovens do ensino fundamental e médio.	Publicação de diretrizes pra escolas, produção de livros didáticos e aplicação de projeto-piloto em escolas de seis estados.
Educação Financeira para Adultos em Vulnerabilidade	Desenvolvimento de soluções para auxiliar nos desafios relacionados ao dinheiro.	Mulheres beneficiárias de programas de transferência de renda.	Incremento do conhecimento financeiro e ampliação do hábito de poupança entre as participantes.
Selo ENEF	Dar visibilidade às iniciativas que estão em conformidade com os objetivos e as diretrizes da ENEF.	Organizações promotoras de ações de educação financeira.	Foram realizadas duas edições do Selo ENEF, com expressiva adesão.
Mapeamento Nacional	Conhecer com maior abrangência e profundidade o cenário da educação financeira no Brasil	Escolas, universidades, públicas e privadas, associações, cooperativas e órgãos da iniciativa privada.	Foram identificadas mais de 1300 iniciativas em todo o Brasil.
Semana ENEF	Disseminar a educação financeira, previdenciária e de seguros.	População em geral.	A Semana ENEF é realizada anualmente desde 2014, com a oferta de milhares de ações gratuitas.
<i>Site</i> Vida e Dinheiro	Centralizar as informações sobre a ENEF.	Professores, alunos, pesquisadores e população interessada.	O site foi criado em 2010 e é atualizado constantemente.

Fonte: Elaborado pelos autores com base em ENEF (2020).

A ENEF foi renovada em 2020, com a edição do Decreto nº 10.393, de 9 de junho de 2020, o qual é mais sucinto que o anterior e trata essencialmente da sua renovação. O texto institui o Fórum Brasileiro de Educação Financeira (FBEF), ao qual

competete implementar e estabelecer os princípios da nova ENEF (BRASIL, 2020). O FBEF é composto por representantes do BACEN, da CVM, da SUSEP, da Secretaria do Tesouro Nacional, da Secretaria Especial de Fazenda do Ministério da Economia, da Secretaria de Previdência da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, da Superintendência Nacional de Previdência Complementar, da Secretaria Nacional do Consumidor do Ministério da Justiça e Segurança Pública e do Ministério da Educação.

O FBEF é o responsável pela divulgação das ações de educação financeira, compartilhamento das informações sobre o tema e promoção da interlocução entre os órgãos ou as entidades públicas e privadas para estimular e integrar as ações de educação financeira, previdenciária, securitária e fiscal. A educação fiscal é novidade no escopo da ENEF. Com a inserção do tema na estratégia nacional há a perspectiva de integrar a necessária compreensão por parte da população das relações entre finanças públicas e privadas (FORTE, 2020).

Um panorama das ações setoriais é apresentado nas subseções seguintes, que são dedicadas aos principais atores da educação financeira no Brasil.

2.3.2 Banco Central do Brasil

As ações de educação financeira do BACEN têm início como um caminho complementar ao da inclusão financeira e proteção ao consumidor de produtos financeiros (BACEN, 2018). No final da década de 1990, o banco estabeleceu uma sistemática para informar a sociedade sobre suas atividades e o funcionamento do sistema financeiro nacional. O desenvolvimento das ações de comunicação educativa culminou na institucionalização, no ano de 2003, do Programa de Educação Financeira (PEF-BC), que tem como objetivo:

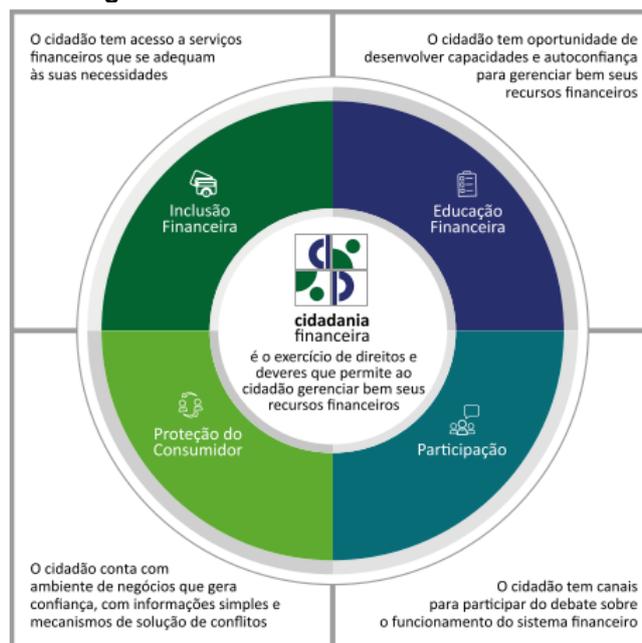
disseminar conhecimentos sobre assuntos econômico-financeiros para a sociedade, oferecendo-lhe condições para refletir a respeito da responsabilidade de cada pessoa no planejamento e na administração econômica, apercebendo-se do papel do Banco Central e dos agentes financeiros, de forma a gerar uma consciência que se reverta em práticas para a melhoria da qualidade de vida. (BACEN, 2021).

As ações do PEF-BC visam criar condições para que os indivíduos e a sociedade brasileira possam administrar seus recursos financeiros de maneira consciente, contribuindo para assegurar a estabilidade do poder de compra da moeda e um sistema financeiro sólido e eficiente (BACEN, 2018). O programa é permanente e possui ações de curto, médio e longo prazo vinculadas aos seguintes pilares básicos: planejamento financeiro, economia, operações financeiras, Banco Central e meio circulantes.

São exemplos de ações desenvolvidas no âmbito do PEF-BC, o projeto Museu-Escola, que oferecia visitas guiadas ao Museu de Valores; o projeto BC e Universidade, que oferece palestras ministradas por servidores do Banco Central dirigidas a estudantes de nível superior e o projeto BC Jovem, área do site da instituição destinada a oferecer educação financeira a jovens e adolescentes (BACEN, 2021).

Desde 2013, o BACEN tem utilizado o termo cidadania financeira como “o exercício de direitos e deveres que permite ao cidadão gerenciar bem seus recursos financeiros” (BACEN, 2018). De acordo com a instituição, o desenvolvimento da cidadania financeira acontece em um contexto de inclusão, educação, proteção ao consumidor e participação.

Figura 5 - Cidadania financeira



Fonte: BACEN (2018).

A área do *site* do BACEN dedicada às ações de cidadania financeira disponibiliza materiais conforme o perfil do interessado. Para quem deseja planejar suas finanças pessoais são apresentados materiais para formação inicial, sobre equilíbrio financeiro, dicas para pôr as informações recebidas em prática e sobre consumo consciente. Também está disponível um curso online e gratuito de Gestão de Finanças pessoais. Para os que estão endividados, o foco dos materiais é o crédito e a gestão de dívidas e, para os que desejam aprender a poupar e investir o foco dos materiais é nos temas poupança e investimento (BACEN, 2021b).

Os materiais são disponibilizados em diversos formatos, como áudio, vídeo e cartilhas. O *site* contém ainda os dados de indicadores, estudos e pesquisas, como o Relatório de Cidadania Financeira, a Série Cidadania Financeira e a seção de Inclusão Financeira no Sistema de Séries Temporais.

2.3.3 Educação financeira para o mercado de capitais

A CVM é uma autarquia federal criada pela Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, com o objetivo de fiscalizar, normatizar, disciplinar e desenvolver o mercado de valores mobiliários no Brasil. O desenvolvimento do mercado se dá, dentre outras formas, pelo estímulo à formação de poupança e sua aplicação em valores mobiliários. A lei de criação da CVM define valores mobiliários com ações, debêntures, bônus de subscrição e outros produtos financeiros relacionados com estes (BRASIL, 2017). A educação financeira tem lugar no planejamento estratégico da autarquia como instrumento no desenvolvimento do mercado.

A aplicação de recursos pela CVM na implementação de projetos, publicações e atividades de educação financeira acontece desde 1998, quando foi lançado o Programa de Orientação ao Investidor (PRODIN), cujo objetivo era estimular a formação de poupança e sua aplicação consciente e disseminar informações corretas sobre o mercado de capitais (CVM, 2021). Entretanto, foi no planejamento estratégico para o período de 2013 a 2023 que a autarquia se propôs a “ter um papel de liderança na área de educação financeira, contribuindo para uma melhor compreensão pelos investidores dos benefícios e dos riscos associados aos produtos financeiros” (CVM, 2019).

A relevância da educação financeira declarada nos documentos institucionais é demonstrada em ações voltadas para a preparação de investidores. No Quadro 6 são descritas as ações promovidas pela CVM.

Quadro 6 - Ações de educação financeira da CVM

Ação	Objetivos	Público-alvo
Centro Educacional CVM/OCDE	Promover a educação financeira da população, fortalecer o direito à informação e fomentar a pesquisa sobre o mercado de capitais.	Investidores, pesquisadores e população em geral.
Circuito Universitário	Oferecer palestras sobre planejamento e organização financeira, o sistema financeiro e o papel dos reguladores, os principais direitos dos investidores, bem como sobre produtos e serviços do mercado de capitais.	Alunos de instituições de ensino superior.
Comitê Consultivo de Educação da CVM	Promover e apoiar projetos educacionais que contribuam para a melhoria dos padrões de educação financeira da população brasileira.	Não aplicável.
Prêmio Imprensa de Educação ao Investidor	Reconhecer o papel da imprensa na divulgação e no esclarecimento da sociedade quanto ao mercado de capitais e à educação financeira.	Veículos e profissionais de imprensa.
Educação Financeira para Crianças	Estimular desde cedo a formação de poupança e a educação financeira.	Crianças e jovens.
Programa Bem-estar Financeiro	Desenvolvido em parceria com a Escola de Educação Financeira da Rioprevidência, tem por objetivo levar educação financeira ao ambiente de trabalho.	Profissionais de empresas e instituições privadas ou públicas.
Rede de Finanças Comportamentais e Proteção do Investidor	É uma plataforma de cooperação em pesquisa e divulgação de trabalhos científicos sobre educação financeira e proteção do investidor. O objetivo é promover práticas e políticas públicas baseadas em evidências.	Pesquisadores.
<i>Global Money Week</i>	Campanha anual de conscientização financeira criada para inspirar crianças e jovens a aprender sobre questões financeiras, meios de subsistência e empreendedorismo promovida pela OCDE.	Crianças e jovens.
Programa TOP de Treinamento de Professores	Promover a atualização de conhecimentos de professores, aliando a visão prática do mercado de valores mobiliários à teoria, tornando os participantes multiplicadores das informações obtidas.	Professores universitários que lecionam disciplinas relacionadas ao mercado de capitais.

Fonte: Elaborado pelo autor com base em CVM (2021).

O Programa TOP de Formação de Professores e o Prêmio Imprensa de Educação ao Investidor são ações realizadas em parceria com a Brasil, Bolsa, Balcão (B3), empresa responsável pela bolsa de valores brasileira. A empresa também participa do Comitê Consultivo de Educação. Segundo a B3, “um crescimento sólido e consistente do mercado está fundamentado na educação para os investidores, para os profissionais de mercado e para a sociedade como um todo” (B3, 2021). Em função

disso, a empresa investe em educação financeira desde a década de 1980, mediante a realização de cursos e palestras.

Atualmente, as ações educacionais da B3 estão concentradas na oferta de cursos e materiais em uma plataforma de educação a distância. Os conteúdos estão organizados nas seguintes categorias: Finanças Pessoais, Entenda o Mercado, Comece a Investir e Invista Melhor. A plataforma disponibiliza recursos produzidos pela própria empresa e também por instituições parceiras, como a CVM, a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e corretoras de valores. A B3 também oferece cursos presenciais realizados em parceria com instituições de ensino e é parceira da ENEF em eventos como a Semana ENEF (B3, 2021).

2.3.4 Educação para o mercado de seguros

A SUSEP é uma autarquia vinculada ao Ministério da Economia e atua no controle e fiscalização dos mercados de seguro, previdência privada aberta, capitalização e resseguro. Criada pelo Decreto-lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, tem por missão “desenvolver os mercados supervisionados, assegurando sua estabilidade e os direitos do consumidor” (SUSEP, 2021). Atuou desde a criação da ENEF e mantém o portal Meu Futuro Seguro, dedicado a ações de educação financeira.

O Programa de Educação em Seguros, inserido no portal, disponibiliza guias, cartilhas, vídeos e descreve ações como concursos culturais, palestras, seminários e apresentações teatrais. São oferecidas orientações sobre produtos específicos, abordando os seguintes assuntos: seguro de automóvel, seguro de vida e acidentes pessoais, seguro de garantia estendida, seguro DPVAT, título de capitalização e previdência complementar aberta (SUSEP, 2021b).

A autarquia também incentiva as instituições que integram os mercados supervisionados a assumirem crescente responsabilidade pela promoção de ações efetivas de educação financeira. O objetivo é promover o adequado tratamento ao cliente e fortalecer a confiança no sistema de seguros privados.

Quadro 7 - Princípios norteadores das ações educacionais da SUSEP

Princípio	Descrição
Valor para o cliente	Levar aos clientes informações e ações úteis e relevantes para a sua vida financeira.
Amplio alcance	Garantir acesso às ações implementadas a todos os seus clientes.
Adequação e personalização	Fazer uso de conteúdo, linguagem e canais mais adequados para as ações frente às características e às necessidades dos clientes e considerando o nível de complexidade e risco dos produtos de seguros, previdência complementar aberta e capitalização.
Avaliação e aprimoramento	Mensurar a efetividade das ações em face a seus objetivos, melhorando a abordagem utilizada a partir das interações com os clientes.

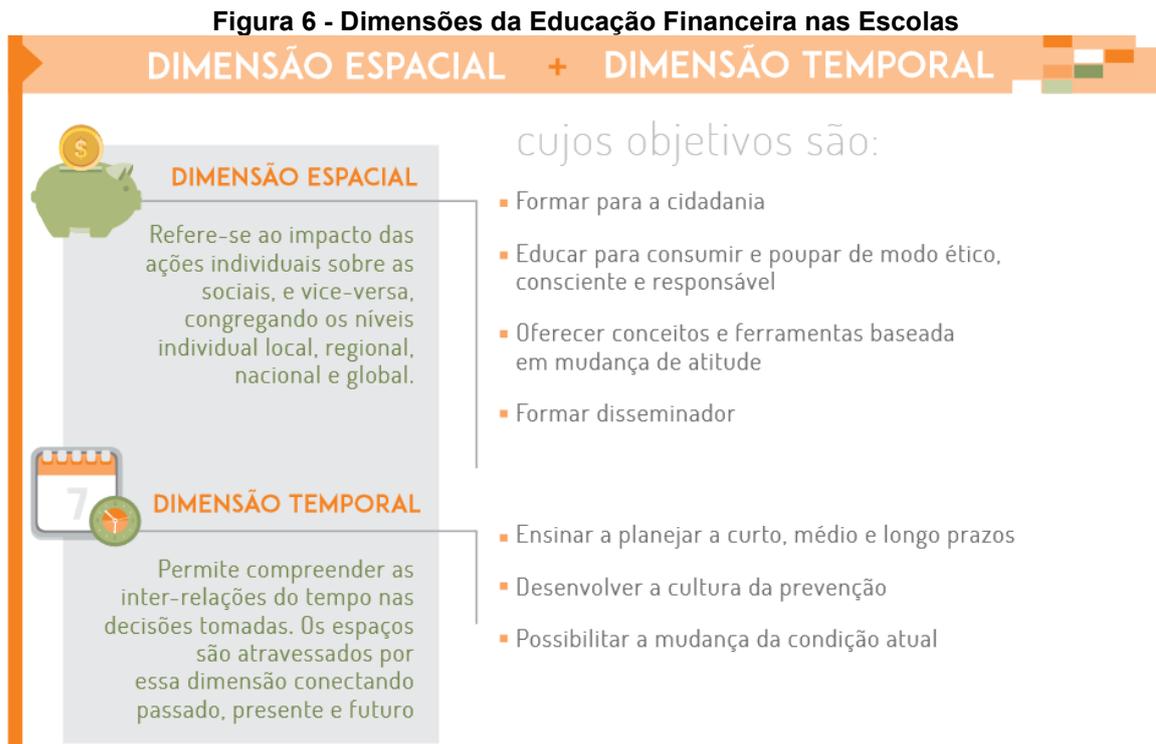
Fonte: elaborado pelo autor com base em SUSEP (2020).

O planejamento e a execução das ações de execução financeira promovidas pelas entidades supervisionadas pela SUSEP devem alinhar-se aos princípios de valor para o cliente, amplo alcance, adequação e personalização, e avaliação e aprimoramento.

2.3.5 Educação financeira nas escolas

A inclusão da educação financeira no currículo escolar, implementada como política pública, é prática relativamente recente entre os países que consideram estratégica a proteção a consumidores, investidores e aposentados. Os esforços de implementação de programas alusivos à temática passam pela identificação da escola como espaço de disseminação de conceitos, métodos e ferramentas de controle financeiro pessoal (HOFMANN, 2013). Até recentemente, a educação financeira não era obrigatória nas escolas brasileiras, a despeito dos esforços empreendidos no âmbito da ENEF.

Desde sua institucionalização, a ENEF estabeleceu a educação financeira nas escolas como um dos seus eixos prioritários. O plano diretor aprovado em 2010 trouxe em um dos seus anexos, Orientação para Educação Financeira nas escolas (ENEF, 2010b), com o tema apresentado como uma estratégia fundamental para ajudar as pessoas a realizar seus sonhos individuais e coletivos. As ações devem atender discentes e docentes.



Fonte: ENEF (2010b).

O documento sugere que a educação financeira seja considerada nas dimensões espacial e temporal. Na dimensão espacial, o ponto de partida é o impacto das ações individuais sobre o contexto social e vice-versa. Na dimensão temporal, o ponto de partida é o impacto das ações no tempo, de forma a perceber o presente como fruto de decisões tomadas no passado e o momento em que se tomam iniciativas cujas consequências serão colhidas no futuro.

As orientações também destacam os conteúdos que devem ser enfatizados na educação financeira nas escolas. No plano individual são três blocos de conteúdo: equilíbrio da vida financeira, consumo e poupança. O primeiro deles assenta-se em uma base com três elementos: trabalho & renda, planejamento e orçamento. O consumo deve ser tratado de forma responsável e sustentável, favorecendo atitudes de reflexão, recusa, redução, reutilização e reciclagem. E no bloco de conteúdo poupança são apresentadas questões relativas à sua importância e à relação risco/retorno na análise de investimentos. No plano social são apresentadas as variáveis da vida financeira, tais como estabilidade da moeda, encargos sociais e crescimento econômico. Também se orienta que sejam apresentadas as instituições e instrumentos que compõem o sistema financeiro nacional (ENEF, 2010b).

As ações da ENEF foram materializadas no Programa Educação Financeira nas Escolas, em cujo escopo foram desenvolvidos livros didáticos para cada ano dos

ensinos fundamental e médio. Os livros estão disponíveis para consulta e download no *site* da ENEF. Nos anos de 2010 e 2011 também foi aplicado um projeto piloto, em 891 escolas públicas de Ensino Médio de seis unidades da federação, cujas ações alcançaram reconhecimento internacional (ENEf, 2020).

Outra frente de atuação da ENEF foram os esforços para a institucionalização da inclusão da educação financeira nos currículos escolares, o que ocorreu com a publicação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), aprovada no final de 2017, e posta em vigor a partir de 2020, a qual ampliou o espaço da Matemática Financeira no currículo e garantiu a presença da temática. O documento, que está em fase de implantação, é de observância obrigatória em todo o país, tanto para instituições públicas quanto privadas.

A educação financeira foi incluída em uma abordagem transversal, centrada na realidade do aluno, tratando de problemas sociais e ambientais, estimulando o emprego de tecnologias digitais e o desenvolvimento do pensamento crítico (GIORDANO, ASSIS e COUTINHO, 2019).

2.4 EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

A Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 2020) consagrou o princípio da indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão. Ao estabelecer as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior, o Conselho Nacional de Educação (CNE) consagrou tal princípio na concepção de extensão:

Art. 3º - A Extensão na Educação Superior Brasileira é a atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa (CNE, 2018).

São consideradas atividades de extensão as intervenções que envolvam diretamente as comunidades externas e que estejam vinculadas a formação do estudante. Com a publicação da Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018, no

mínimo 10% do total da carga horária curricular estudantil deve ser composto por atividades de extensão, as quais devem ser parte da matriz curricular dos cursos.

As atividades extensionistas se inserem nas seguintes modalidades: programas, projetos, cursos e oficinas, eventos e prestação de serviços (CNE, 2018).

Quadro 8 - Modalidades das atividades de extensão

Modalidade	Descrição
Programa	Conjunto articulado de projetos e outras ações de extensão (cursos, eventos, prestação de serviços), preferencialmente integrando as ações de extensão, pesquisa e ensino. Tem caráter orgânico-institucional, clareza de diretrizes e orientação para um objetivo comum, sendo executado a médio e longo prazo.
Projeto	Ação processual e contínua de caráter educativo, social, cultural, científico ou tecnológico, com objetivo específico e prazo determinado. Pode ser vinculado a um programa ou executado de forma isolada.
Curso	Ação pedagógica, de caráter teórico e/ou prático, presencial ou a distância, planejada e organizada de modo sistemático, com carga horária mínima de oito horas e critérios de avaliação definidos.
Eventos	Ação que implica na apresentação e/ou exibição pública, livre ou com clientela específica, do conhecimento ou produto cultural, artístico, esportivo, científico e tecnológico desenvolvido, conservado ou reconhecido pela universidade.
Prestação de serviços	Realização de trabalho oferecido pela Instituição de Educação Superior ou contratado por terceiros (comunidade, empresa, órgão público etc.); a prestação de serviços se caracteriza por intangibilidade, inseparabilidade processo/produto e não resulta na posse de um bem.

Fonte: Elaborado pelo autor com base em FORPROEX (2007).

A extensão é um dos modos pelos quais as comunidades acadêmica e técnica podem contribuir para o enfrentamento das questões da sociedade brasileira. Visando o aperfeiçoamento de suas características essenciais, as atividades de extensão devem estar sujeitas a contínua autoavaliação crítica nas instituições de ensino superior. Além disso, as atividades devem ser sistematizadas e acompanhadas com o adequado assentamento, por instâncias administrativas institucionais devidamente estabelecidas (CNE, 2018).

Art. 15 - As atividades de extensão devem ter sua proposta, desenvolvimento e conclusão, devidamente registrados, documentados e analisados, de forma que seja possível organizar os planos de trabalho, as metodologias, os instrumentos e os conhecimentos gerados. (CNE, 2018).

Cristofolletti e Serafim (2020) realizaram uma revisão histórica acerca das concepções e práticas extensionistas debatidas na literatura e identificaram nove dimensões metodológicas para se pesquisar a extensão universitária. As dimensões

propostas (Quadro 9) perpassam o plano microinstitucional e chegam a um plano holístico, contextual e histórico.

Quadro 9 - Dimensões metodológicas e analíticas à extensão

Dimensão Metodológica	Descrição da Dimensão.
1. Quem faz a extensão	Ator (ou atores) que realizam extensão.
2. A quem se destina a atividade extensionista	Atores e segmentos sociais <i>alvo</i> ou participantes das atividades.
3. Quais atividades materializam a extensão praticada e como ela se institucionaliza no interior da universidade	Como se operacionaliza em termos materiais e de atividades/ações, bem como a inserção institucional destas na universidade; qual o peso e relação que possuem diante das outras práticas de extensão, bem como diante do ensino e da pesquisa; qual a sistematicidade e processualidade da prática extensionista.
4. Quais objetivos da extensão e porque se faz a extensão	Motivações e objetivos em geral dos atores que a praticam (que não se relacionam, necessariamente, com o conhecimento estendido); os problemas e temáticas pelos quais a prática de extensão se interessa.
5. Que tipo de conhecimento é estendido/transferido/construído e como isso é realizado (metodologias e pedagogias utilizadas)	Características do conhecimento estendido - ou construído - por meio da atividade de extensão considerada e os objetivos em se estender o conhecimento/construído; conhecimento científico, técnico, artístico; e como a universidade se beneficia do ponto de vista científico; quais metodologias e pedagogias utilizadas.
6. Quais os impactos, "produtos" e benefícios das atividades de extensão para a comunidade externa e para a universidade	Que diferença a atividade extensionista fez na realidade das comunidades, grupos ou instituições participantes.
7. Como as atividades são legitimadas socialmente e dentro da universidade	Valorização que determinada modalidade extensionista possui fora e dentro dos muros universitários; além do mais, permite entender como os atores participantes buscam legitimar o que fazem.
8. Função social e compromisso social da universidade	Atentar para como a universidade em que a prática de extensão estudada busca atender a demandas e a problemas sociais, isto é, decidir institucionalmente (ou em âmbito de departamentos e faculdades) com quais problemas e atores irá se relacionar.
9. Qual a inserção contextual e histórica da experiência extensionista	Contextos históricos que abarcam as práticas analisadas, e suas relações. Propõe-se que as experiências extensionistas sejam observadas dentro de um contexto e estrutura econômica, política e social mais ampla (mas que estejam diretamente relacionados à prática estudada).

Fonte: Cristofolletti e Serafim (2020).

As duas primeiras dimensões referem-se aos atores envolvidos nas ações de extensão, dentro e fora da universidade. No âmbito das universidades, as ações podem ser promovidas por docentes, estudantes, departamentos e outras instâncias universitárias. Na comunidade externa, a segunda dimensão ocupa-se em identificar os segmentos sociais visados pela ação extensionista. A terceira dimensão enfoca o processo de institucionalização da extensão, a partir das atividades que materializam

sua oferta. Já a dimensão número quatro cuida das motivações para oferta da extensão. As duas dimensões seguintes tratam dos conhecimentos estendidos e dos tipos de produtos e benefícios gerados. E as dimensões números sete, oito e nove ocupam-se dos elementos relativos ao contexto histórico e ao debate acerca do compromisso social da universidade.

Cristofolletti e Serafim (2020, p. 17) entendem que cabe ao pesquisador “filtrar em que grau de intensidade e amplitude considerará todos os elementos destacados pelas dimensões criadas, e como ligará estas à concretude e à empiria da pesquisa”.

3 METODOLOGIA

Marconi e Lakatos (2019, p. 169) definem pesquisa como “um procedimento formal, com método de pensamento reflexivo, que requer tratamento científico e se constitui no caminho para conhecer a realidade ou para descobrir verdades parciais”. Tendo este conceito por base, este capítulo apresenta a classificação da pesquisa, o escopo, os procedimentos para coleta dos dados e os métodos de análise empregados.

3.1 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA

Gil (2018, p. 24) defende a conveniência de classificar os projetos de pesquisa pois “quando o pesquisador consegue rotular seu projeto de pesquisa de acordo com um sistema de classificação, torna-se capaz de conferir maior racionalidade às etapas requeridas para sua execução”. Utilizando o sistema de classificação proposto pelo autor, este trabalho pode ser descrito como uma pesquisa aplicada, descritiva, que utiliza fontes bibliográficas e documentais. Quanto aos procedimentos adotados na obtenção, análise e interpretação dos dados, trata-se de uma pesquisa qualitativa básica.

A pesquisa é tida como aplicada quando tem interesse na aplicação, utilização e consequências práticas dos conhecimentos (GIL, 2018). De acordo com Merriam e Tisdell (2016), nesse tipo de pesquisa os pesquisadores esperam que seu trabalho seja usado por administradores e formuladores de políticas para melhorar a forma como as coisas são feitas. As justificativas e objetivos do presente trabalho alinham-se a tais características.

Para delinear o marco teórico da pesquisa foram utilizadas fontes bibliográficas, como livros, teses, dissertações, artigos científicos, relatórios e leis. Para a análise das ações de extensão em educação financeira foram utilizados documentos internos das instituições, tais como propostas, projetos, planos de trabalho e relatórios. Assim, serão utilizadas fontes bibliográficas e documentais (GIL, 2018).

A pesquisa visou analisar a inserção da educação financeira nas ações de extensão das universidades públicas. Classifica-se, portanto, como uma pesquisa

descritiva, pois, de acordo com Gil (2018, p. 26), pesquisas descritivas “têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno”.

Na pesquisa qualitativa básica, a coleta dos dados pode ser realizada por meio de entrevistas, observação ou análise de documentos. A análise, por sua vez, envolve a identificação de padrões recorrentes que caracterizam os dados. E as descobertas são esses padrões ou temas recorrentes suportados pelos dados dos quais foram derivados (MERRIAM e TISDELL, 2016). Os procedimentos de coleta e análise dos dados alinham-se aos preceitos definidos pelas autoras e serão abordados de forma detalhada nas seções seguintes.

3.2 ESCOPO E COLETA DE DADOS

Universidades, de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, são “instituições pluridisciplinares de formação dos quadros profissionais de nível superior, de pesquisa, de extensão e de domínio e cultivo do saber humano” (BRASIL, 2019). Segundo dados do Ministério da Educação (2021), órgão responsável pela regulação, supervisão e avaliação das universidades existem 114 universidades públicas credenciadas, sendo 68 federais, 41 estaduais e 5 municipais (MEC, 2021) (Apêndice A).

A coleta de dados alcançou todo o conjunto de universidades públicas brasileiras, mediante a solicitação de documentos das ações de extensão em educação financeira. Para realização da pesquisa, solicitou-se acesso aos projetos, propostas, planos de trabalho, relatórios, pareceres e quaisquer outros documentos que caracterizassem a ação de extensão, relativos ao período de 2018 a 2020. O modelo de pedido compõe o Apêndice B do presente trabalho.

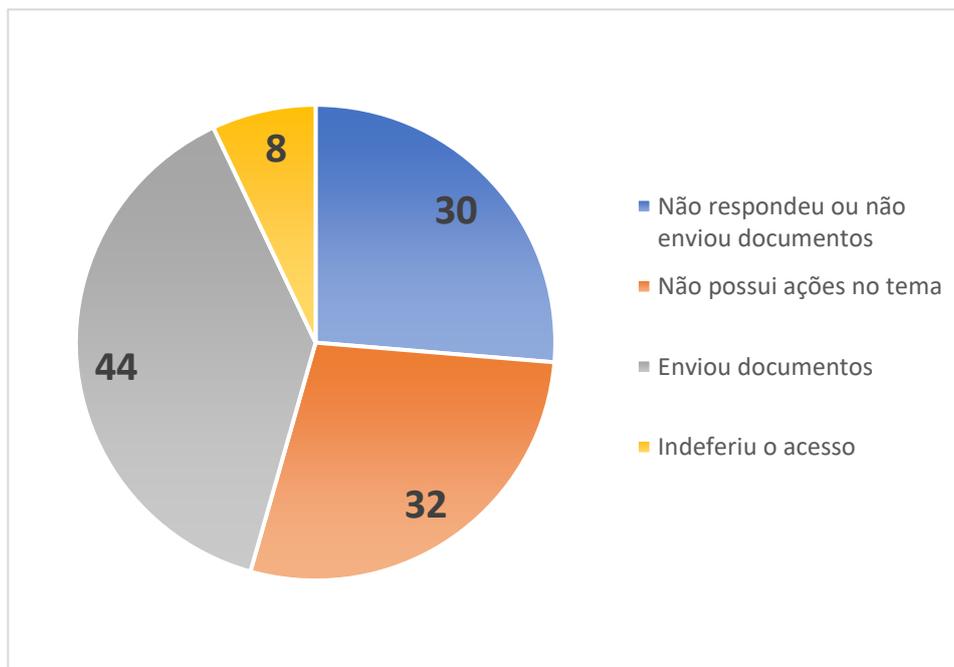
A Lei de Acesso à informação (LAI) garante o acesso a informações e documentos produzidos ou acumulados por órgãos públicos. Também podem ser solicitadas informações sobre as atividades exercidas pelos órgãos e entidades, sua organização e serviços. O acesso à informação deve ser concedido de forma imediata, caso não seja possível, o órgão tem até 20 dias para conceder o acesso ou indicar as razões de fato ou de direito que justifiquem a recusa total ou parcial do acesso pretendido (BRASIL, 2011).

No caso de indeferimento de acesso às informações, o interessado pode interpor recurso contra a decisão no prazo de dez dias contados da sua ciência. O recurso é dirigido à autoridade superior à que indeferiu o pedido e deve ser respondido em até cinco dias. Caso o acesso seja novamente indeferido, o interessado poderá recorrer à Controladoria-Geral da União.

Para as universidades federais o pedido foi realizado pela Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação (Fala.BR), um canal centralizado por meio do qual os pedidos de informação podem ser direcionados aos diversos órgãos federais. As respostas eram recebidas diretamente na plataforma, com aviso de recebimento por e-mail. Em caso de recusa no fornecimento ou envio de informações incompletas, o recurso pode ser protocolado no mesmo local.

Alguns governos estaduais também disponibilizam plataformas para solicitação de informações. Nos casos em que não foi possível protocolar o pedido utilizando canais específicos indicados pela instituição, o contato foi realizado pelo e-mail das unidades responsáveis pela extensão.

Gráfico 1 - Situação dos pedidos de informação



Fonte: Elaborado pelo autor.

Após o primeiro contato, um número expressivo de universidades indicou que fosse realizada consulta diretamente ao site da instituição. Entretanto, os sites

indicados continham apenas informações muito resumidas sobre as ações de extensão promovidas. A disponibilização de informações incompletas motivou o protocolo de recurso. Outras instituições sugeriram que o contato fosse realizado diretamente com os coordenadores dos cursos, por e-mail.

A coleta dos dados teve início em março e encerrou-se em junho de 2021. Nos casos de indeferimento do acesso ou fornecimento de informações incompletas, foram encaminhados recursos até 2ª instância. Além disso, realizou-se contato com os coordenadores das ações nos casos indicados pelas universidades. Ao final do processo de coleta, 44 universidades concederam acesso a documentos de 96 ações de extensão com o tema educação financeira listadas no Apêndice C. Outras 32 instituições responderam informando que não realizaram ações com o tema da pesquisa.

Cerca de 20 universidades, que sugeriram fazer o contato direto com os coordenadores, não enviaram os documentos solicitados. Ainda, 11 universidades não responderam ao pedido, mesmo após o reenvio da solicitação. Por fim, 8 universidades indeferiram o acesso a informações. Os motivos indicados para a recusa do pedido foram o fechamento das unidades em função da pandemia, documentos conterem informações pessoais e as propostas serem consideradas propriedade intelectual dos coordenadores.

O principal documento recebido foi a proposta de ação de capacitação, extraída diretamente dos sistemas internos de controle de ações de extensão. Também foram recebidos alguns relatórios de execução. Os documentos recebidos continham informações sobre os proponentes e executores, público-alvo, justificativa, metodologia, objetivos, atividades que seriam desenvolvidas, recursos e referências.

3.3 DIMENSÕES DE ANÁLISE E CRITÉRIOS DE COMPARAÇÃO DE AÇÕES DE EXTENSÃO EM EDUCAÇÃO FINANCEIRA

Na pesquisa qualitativa básica, a análise dos dados envolve a identificação de padrões recorrentes que os caracterizam (MERRIAM e TISDELL, 2016). As descobertas são esses padrões ou temas recorrentes suportados pelos dados.

Quadro 10 - Categorias de análise e critérios de comparação de ações de extensão em educação financeira

Dimensão	Questões norteadoras	Referências
1. Quem promove	Quais os departamentos/faculdades responsáveis pela promoção das ações, ou curso de graduação aos quais as ações estão vinculadas? Quais os interessados e de que forma contribuem com a promoção da ação?	OCDE (2005) e Cristofolletti e Serafim (2020).
2. Destinatários	Quais os segmentos da sociedade visados com a promoção da ação? Como (instrumentos e estratégias) é definido o do perfil do público-alvo da ação? Espera-se que os participantes atuem como multiplicadores?	OCDE (2005), CFPB (2017), Cristofolletti e Serafim (2020), FINRA (2021), OCDE/INFE (2018), OCDE (2020b), Potrich, Vieira e Kirch (2016) e SERASA (2014).
3. Tipo de atividade	Que tipo de ação é desenvolvida (programas, projetos, cursos, eventos, prestação de serviço)? Quais estratégias metodológicas são utilizadas?	Zottel e Gradstein (2018), OCDE (2005), Cristofolletti e Serafim (2020) e CNE (2018).
4. Justificativa da oferta.	Quais as motivações e objetivos em geral dos atores que a praticam? Quais os problemas e temáticas pelos quais a prática de extensão se interessa?	Cristofolletti e Serafim (2020) e CNE (2018).
5. Conhecimento estendido/temas abordados.	Há preponderância de temas específicos, como poupança, consumo, investimento ou previdência?	Lusardi e Mitchell (2014); NFCS – FINRA (2021); Kit OCDE/INFE (2018); PISA – OCDE (2020 b); Potrich, Vieira e Kirch (2016); Vieira, Moreira Junior e Potrich (2019); IndEF – SERASA (2014).
6. Enfoque	As ações priorizam a transmissão de conhecimentos ou enfatizam mudanças de comportamento?	NFCS – FINRA (2021); Kit OCDE/INFE (2018); Potrich, Vieira e Kirch (2016); IndEF – SERASA (2014); ICF – BACEN (2018).
7. Resultados de aprendizagem	Quais os resultados de aprendizagem esperados? As estratégias educacionais escolhidas contribuem para o alcance dos resultados?	Cristofolletti e Serafim (2020), Pereira, et al, (2019), CFPB, (2017), OCDE (2005), Remund, (2010), Zottel e Gradstein, (2018).
8. Avaliação da ação/ciclo de melhoria.	As ações são avaliadas ao longo de sua execução? De que forma a avaliação retroalimenta o planejamento das ações desenvolvidas?	CFPB, (2017). OCDE (2005) e Remund (2010).
9. Inserção/integração na comunidade.	Como se dá a articulação entre as diversas partes interessadas? Como a comunidade se envolve na ação extensionista?	Cristofolletti e Serafim (2020) e CNE (2018).

Fonte: Elaborado pelo autor.

A partir do referencial teórico apresentado no capítulo anterior foram identificadas nove dimensões para análise de ações de extensão em educação

financeira e para cada uma delas foram estabelecidas questões norteadoras. A definição de um conjunto de dimensões de análise, conforme descrito no Quadro 10, permite estabelecer a comparação entre as ações examinadas.

As duas primeiras dimensões tratam dos atores envolvidos na oferta da ação de extensão. Ao analisar as unidades acadêmicas responsáveis pelas ações, busca-se também compreender com quais áreas do conhecimento a educação financeira está relacionada. Eventuais parcerias na promoção da ação permitiram identificar os segmentos da sociedade interessados no tema. Na segunda dimensão de análise, para além do perfil do público, busca-se compreender a forma como o público-alvo foi selecionado.

A terceira dimensão aborda o tipo de atividade desenvolvida. A análise das estratégias metodológicas propostas possui estreita relação com a dimensão anterior, uma vez que a literatura sugere que as atividades sejam adequadas ao perfil do público a que se destinam. As motivações, problemas e temáticas pelas quais a ação extensionista se interessa compõem a quarta dimensão.

O conhecimento caminha lado a lado com as questões comportamentais quando se trata de educação financeira. Assim, a quinta e a sexta dimensões de análise enfatizarão os conhecimentos estendidos às questões relacionadas à mudança de comportamento. A dimensão seguinte ocupa-se dos resultados de aprendizagem e da forma como as estratégias metodológicas escolhidas contribuem para alcançá-los.

As duas últimas dimensões estão ligadas à maturidade das ações de extensão. Uma delas enfatiza a forma como o processo de avaliação retroalimenta o planejamento de novas ofertas e a outra busca analisar a inserção da ação na comunidade e os processos de troca advindos dessa relação.

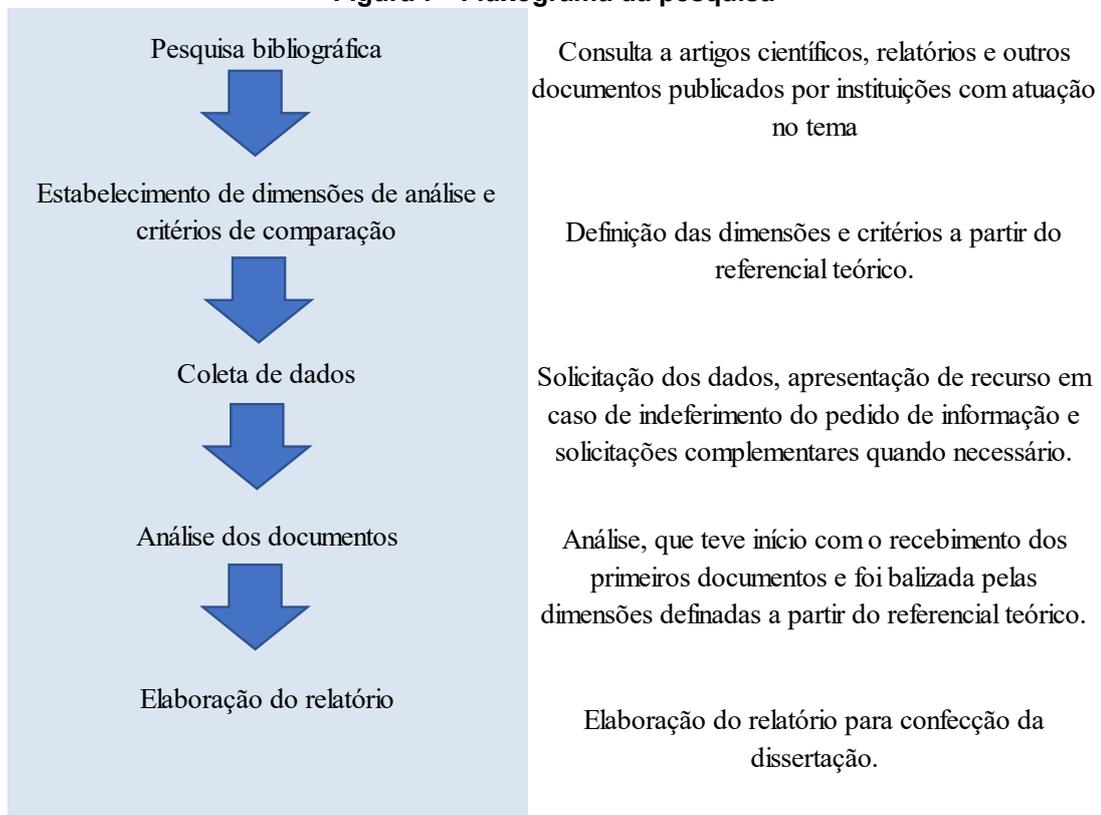
A análise das ações de extensão em educação financeira deve ser realizada de forma sistêmica, sendo a divisão em dimensões um recurso didático que facilitará a organização dos dados. Não se vislumbra a possibilidade de uma análise fragmentada, uma vez que as dimensões se complementam. Tão pouco a ordem estabelecida representa hierarquia entre as dimensões.

Seguindo a recomendação de Merriam e Tisdell (2016), a análise dos dados iniciou assim que os primeiros documentos foram recebidos. Desta forma, os procedimentos de coleta e análise dos dados foram sendo ajustados buscando alcançar os objetivos da pesquisa.

Como instrumento auxiliar de análise dos dados utilizou-se uma planilha elaborada com base nas dimensões descritas no Quadro 10. Para confecção da planilha utilizou-se o software Microsoft Excel. Os documentos recebidos foram organizados de acordo com a instituição promotora da ação. A planilha também foi utilizada para controle do recebimento das respostas dos pedidos de informação encaminhados para as universidades.

As principais etapas da pesquisa são descritas no fluxograma constante na Figura 7.

Figura 7 - Fluxograma da pesquisa



Fonte: Elaborado pelo autor.

A partir da análise dos documentos buscou-se caracterizar a inserção da educação financeira nas ações de extensão de universidades públicas no Brasil, considerando os atores envolvidos, as metodologias empregadas, os temas desenvolvidos e os resultados observados. Os resultados desse processo estão descritos no próximo capítulo.

4 A INSERÇÃO DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA NAS AÇÕES DE EXTENSÃO

Os documentos recebidos foram analisados de acordo com as dimensões apresentadas no capítulo anterior. Os resultados desta análise são apresentados neste capítulo, conforme ilustrado no Quadro 11.

Quadro 11 - Relação entre as dimensões de análise e a apresentação do resultado

Dimensão	Seção
1. Quem promove	4.1 ATORES ENVOLVIDOS NA OFERTA DE AÇÕES DE EXTENSÃO
2. Destinatários	
3. Tipo de atividade	4.3 RESULTADOS DE APRENDIZAGEM E ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS ESCOLHIDAS
4. Justificativa da oferta.	4.2 JUSTIFICATIVA DA OFERTA
5. Conhecimento estendido/temas abordado.	4.4 CONHECIMENTO ESTENDIDO
6. Enfoque	4.4 CONHECIMENTO ESTENDIDO
7. Resultados de aprendizagem	4.3 RESULTADOS DE APRENDIZAGEM E ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS ESCOLHIDAS
8. Avaliação da ação/ciclo de melhoria.	4.5 CICLO DE MELHORIA
9. Inserção/integração na comunidade.	4.6 INTERAÇÃO COM A COMUNIDADE

Fonte: Elaborado pelo autor.

Após a apresentação dos dados, foram selecionados e apresentados projetos com características exemplares. Por fim, a última seção é dedicada a reflexões e considerações do pesquisador sobre os resultados encontrados.

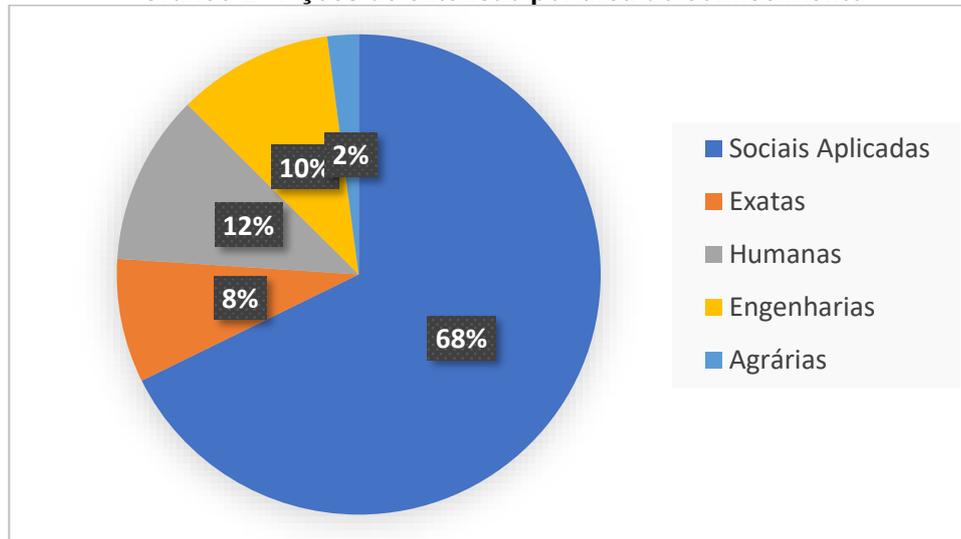
4.1 ATORES ENVOLVIDOS NA OFERTA DE AÇÕES DE EXTENSÃO

A análise dos documentos revelou que as ações de extensão em educação financeira são promovidas principalmente por cursos ligados à área de Ciências Sociais Aplicadas, responsáveis por mais de 65% das iniciativas. Os departamentos que mais ofertam ações de extensão são os de Administração, Ciências Contábeis e Economia.

Nestes cursos, as disciplinas relacionadas às finanças são frequentemente mencionadas como a ponte entre a ação extensionista e o ensino. O projeto do curso de Administração da Universidade de Pernambuco (UPE) menciona que nas

disciplinas de Economia, Administração Financeira, Mercado de Capitais e Decisões de Investimento, são travados debates sobre Educação Financeira. Os estudantes que participaram do projeto puderam desenvolver um estudo de educação financeira ou um planejamento de gestão das finanças pessoais para a comunidade.

Gráfico 2 - Ações de extensão por área do conhecimento



Fonte: Elaborado pelo autor.

A oferta das ações também ocorre nos departamentos ligados à área de Engenharias (Elétrica, Mecânica, de Produção, do Conhecimento, Têxtil e Computação), Agrárias (Agronomia e Agroindústria), Exatas (Matemática e Ciências Exatas), Humanas (Ciências e Letras, Ciências Sociais, Ensino, Ciências Humanas, Psicologia e Pedagogia) e Saúde (Gastronomia e Gestão Hospitalar). A proximidade do tema com disciplinas da área de finanças é a justificativa recorrente para a relação entre as ações de extensão e o ensino. Nas licenciaturas, a preparação do futuro professor em um tema atual justifica o interesse na promoção de ações em educação financeira.

As ações realizadas pelas universidades contam com parcerias com órgãos públicos, associações e entidades privadas. O nível de interação entre as instituições é bastante variado. A atuação mais comum dos parceiros é na execução das ações, contribuindo com questões logísticas ou de financiamento. Entretanto, há exemplos nos quais os parceiros atuam fortemente na concepção e desenvolvimento das ações.

A forma de parceria que mais se observa é com as escolas municipais e estaduais que disponibilizam o local e possibilitam que as ações sejam desenvolvidas com os estudantes. O envolvimento das escolas limita-se às questões de logística,

não havendo interação no desenvolvimento das ações. Outras parcerias assemelham-se à relação estabelecida com as escolas, cujo objetivo principal é possibilitar o acesso ao público-alvo. É o que acontece nas parcerias realizadas com empresas e associações, além disso, as secretarias de educação também atuam como parceiras, especialmente nas ações voltadas para professores.

O público prioritário das ações são estudantes dos anos finais do ensino fundamental e do ensino médio de escolas públicas, reflexo das parcerias estabelecidas. As atividades, em regra, são desenvolvidas durante o horário das aulas, o que facilita (e torna compulsória) a participação. A primeira etapa do ensino fundamental, frequentada por crianças de 6 a 11 anos também é atendida, mas em número menos expressivo.

Os professores são público-alvo em seis projetos. Nestes casos, é clara a intenção de formar multiplicadores. Os projetos são apoiados pelas secretarias de educação e visam preparar os professores para abordar o tema em sala de aula. As iniciativas têm um alcance potencial muito grande, em função do trabalho que os professores podem realizar com seus alunos.

Quadro 12 - Exemplos de ações realizadas em parceria com escolas

Ação	Universidade	Público-alvo
Turminha das Finanças vai à escola	UERN	Estudantes do Ensino Médio
Educação Financeira: da sala de aula para a vida	UEPB	Estudantes do Ensino Fundamental e Médio
Extensão em Educação Financeira e Matemática nas Escolas Públicas no Município de Palmas	UFT	Estudantes do Ensino Médio
Rendimento, gastos e consumo consciente: a educação financeira como indutora para a gestão das finanças pessoais	UNIFAL	Estudantes do Ensino Médio
Projeto Social de Educação Financeira “Meus Pila “	UFSC	Estudantes do Ensino Médio
A matemática financeira e a estatística como ferramentas para o consumo consciente de alunos do ensino médio	UFPB	Estudantes do Ensino Médio
Educação Financeira: Consumo, trabalho e dinheiro	UFRN	Estudantes do Ensino Fundamental I (1º ao 5º ano)
Educação financeira para o consumo sustentável	UNESP	Estudantes do Ensino Fundamental
Educação financeira para alunos do EJA - Educação de Jovens e Adultos, e ensino médio de Santa Maria	UFMS	Estudantes de EJA e do Ensino Médio

Fonte: Elaborado pelo autor.

A AEF Brasil, entidade responsável pela execução da ENEF, é parceira em ações desenvolvidas nas quatro universidades consideradas Polos Educacionais da ENEF: Universidade Federal da Paraíba (UFPB); Universidade Federal do Tocantins (UFT), Universidade Federal de Itajubá (UNIFEI) e Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). Nestas instituições foram desenvolvidos cursos voltados à formação de profissionais da rede pública de ensino, ações voltadas para o público idoso e vinculadas à Semana Nacional de Educação Financeira.

A AEF Brasil possui papel bastante ativo nas parcerias, financiando a ação e definindo o projeto pedagógico. A ação Eu e minha aposentadoria – Organizando a Vida Financeira (UFT), por exemplo, foi desenvolvida como um projeto piloto. A entidade definiu todos os aspectos da ação, visando sua possível replicação em outras unidades da federação. Esse modo de operação também se repetiu nos cursos voltados à formação de professores.

Entre as instituições que participam da gestão da ENEF, o Banco Central é a única que aparece entre os parceiros das universidades. O projeto apoiado foi desenvolvido na Universidade de Pernambuco (UPE) e tem como objetivo “levar educação financeira aos jovens estudantes do ensino médio das escolas públicas do Recife”. Dentro do setor financeiro, entre entidades privadas, destacam-se as parcerias com cooperativas de crédito, como o Sicredi e o Sicoob.

Na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) foi realizado o projeto Consultoria em Finanças Pessoais para o Jornal do Almoço da NSC TV. O objetivo era responder perguntas do público sobre finanças pessoais em uma participação semanal no telejornal exibido pela afiliada da Rede Globo no estado. Para as perguntas que não eram respondidas ao vivo, o retorno era realizado por aplicativo de mensagens. A parceria com órgão de imprensa de alcance estadual permite difundir a educação financeira e amplificar o alcance da ação proposta pela UFSC.

Exceto pelas parcerias da UFPB para realização da Olimpíada Brasileira de Educação Financeira (OBEF), que alcançaram 38 instituições, não foram observadas parcerias entre universidades. O projeto Educação Financeira para Todos da UFPB, no qual a OBEF está inserida, será apresentado com mais detalhes na seção 4.7 desse trabalho.

Cerca de um quinto dos projetos não apresenta uma especificação do público-alvo, estabelecendo apenas que a ação se destina à população em geral. Na descrição do público aparecem expressões genéricas como “crianças, jovens e

adultos” ou a população da região onde se situa a universidade. Nestes projetos, não existe a preocupação de especificar de forma detalhada o público que será beneficiado com a ação. Além de professores e estudantes, os projetos com público definido atendem a mulheres, casais, agricultores familiares, beneficiários de programas de transferência de renda, pacientes em tratamento de câncer, trabalhadores de empresas específicas e idosos.

O grupo de pessoas que participa das atividades, em regra, está definido antes do início da execução dos projetos. A adesão da comunidade à proposta é realizada por um representante, e não diretamente pelos participantes. Um exemplo típico é a atividade realizada em escolas, em que, uma vez que a direção e/ou professores concordam com a realização do projeto, todos os alunos das turmas escolhidas devem participar.

Nesse contexto, os questionários de levantamento de perfil são utilizados como instrumento auxiliar do planejamento das atividades. Buscam identificar os conhecimentos prévios dos participantes, suas dúvidas e situação financeira familiar. Assim, as atividades podem ser adequadas ao perfil do público participante.

Entretanto, há exemplos de projetos nos quais os questionários são utilizados na seleção do público que participará da ação extensionista. É o que acontece no projeto Educação Financeira e Planejamento Financeiro Pessoal e Familiar, desenvolvido na Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) com o objetivo de orientar as famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF) para a reorganização financeira. O questionário foi aplicado às famílias cadastradas no programa para elaboração de um diagnóstico da situação financeira das famílias e seleção do grupo que participaria da ação. O critério para inclusão das famílias na ação foi o grau de endividamento e o desejo/disponibilidade quanto ao planejamento financeiro.

Um contraexemplo da participação compulsória na ação é o projeto Envelhecimento ativo: um olhar sobre a educação financeira e para o consumo, desenvolvido pela UFV. As atividades do projeto são divulgadas por diversos canais, dentre os quais, a distribuição de panfletos na cidade. Os idosos que necessitam e possuem interesse, buscam o local de atendimento. A partir daí é realizado um diagnóstico da situação financeira e as orientações necessárias para organização das finanças pessoais. A participação nas atividades é voluntária e realizada por iniciativa dos idosos.

Algumas atividades, embora registradas como ações de extensão, são destinadas exclusivamente ao público interno das universidades. Em geral são palestras que visam despertar o interesse dos alunos sobre o tema. Há também as ligas de mercado financeiro, como as organizadas por estudantes da Universidade Estadual de Londrina (UEL) e pela Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (UERN). Essas organizações têm o objetivo de desenvolver e compartilhar conhecimentos sobre finanças, especialmente sobre investimentos no mercado financeiro. Tais atividades voltadas ao público interno não se enquadram na definição de extensão, pois não contemplam a participação da comunidade externa à universidade.

4.2 JUSTIFICATIVA DA OFERTA

As justificativas apresentadas para oferta das ações descrevem situações e características de toda a sociedade brasileira, mas que se relacionam ao público-alvo da iniciativa. Ampararam-se também em necessidades identificadas diretamente junto à comunidade onde a ação de extensão é desenvolvida. Em ambos os casos, a ação extensionista pretende contribuir para a superação das necessidades, favorecendo a formação do cidadão e a melhoria da qualidade de vida.

Entre as características da população que justificam a oferta das ações estão a falta de planejamento dos brasileiros, o despreparo para lidar com as finanças, o endividamento e a dificuldade que o brasileiro tem em poupar. Os dados de pesquisas realizadas pela CNC, BACEN, órgãos de proteção ao crédito e pesquisadores subsidiam as justificativas. São características do coletivo, mas que representam necessidades/dificuldades que os indivíduos têm em relação às finanças pessoais.

O cidadão precisa estar preparado para o ambiente financeiro que o circunda. A estabilização da moeda a partir de meados da década de 1990 e o consequente aumento da oferta de crédito ampliaram a demanda por serviços e produtos financeiros. As mudanças demográficas, com o aumento da proporção de idosos na sociedade, pressionam para o planejamento da aposentadoria. A evolução tecnológica que, ao mesmo tempo facilitou o acesso aos serviços financeiros e expôs os cidadãos a golpes cada vez mais sofisticados. Esse conjunto de condições, aliadas

aos efeitos das crises econômicas enfrentadas pelo país, justificam a oferta de ações de educação financeira.

Em algumas ações, a justificativa da oferta se dá pela transformação que se pretende alcançar, e não pelas condições ou características do público-alvo. Nesses casos, o enfoque está na melhoria da qualidade de vida, na formação de consumidores conscientes/responsáveis e na formação de cidadãos. A educação financeira é vista como uma habilidade essencial. São ações que defendem uma educação emancipadora.

As necessidades específicas dos participantes ou da comunidade justificam as ações nas situações em que foi possível realizar um diagnóstico prévio. Nestes casos, os coordenadores das ações contam com dados levantados em pesquisas da própria universidade, por órgãos públicos e entidades do terceiro setor. São exemplos, os projetos Educação financeira para mulheres negras empreendedoras, realizado pela UEFS e Educação Financeira: estímulo à valorização da renda e do trabalho em municípios da região de abrangência da Universidade Federal de Viçosa (UFV), Campus de Florestal.

Outras justificativas para a oferta de ações de extensão em educação financeira são a necessidade de popularização do tema, a necessidade de implementar 10% da carga horária total dos cursos em ações de extensão, a existência de uma estratégia nacional (ENEF), o alinhamento do tema com os cursos de graduação, a inclusão da Educação Financeira como tema transversal da BNCC, a pandemia e a ampliação da visibilidade da atuação da universidade.

4.3 RESULTADOS DE APRENDIZAGEM E ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS ESCOLHIDAS

Os objetivos definidos nas propostas de ações de extensão analisadas são estabelecidos em termos dos resultados que a ação pretende alcançar, conhecimentos que serão transmitidos e mudanças que se pretende observar na comunidade participante. Há projetos que não seguem esse padrão e trazem como objetivos a descrição das etapas necessárias à realização da ação. Como exemplo, a seleção de bolsistas e a preparação de material são estabelecidas como objetivos

específicos de algumas ações. Os objetivos relacionados ao fluxo operacional da ação não serão apresentados neste relatório.

O objetivo mais frequente das ações é a conscientização dos participantes. Ao proporcionar um contato inicial com a educação financeira, busca-se oportunizar a reflexão sobre o tema, despertando o interesse dos participantes. As estratégias educacionais escolhidas para atingir o objetivo envolvem a utilização de casos práticos e exemplos do dia a dia, o que proporciona o envolvimento dos participantes. Alguns projetos utilizam a expressão “educar financeiramente” com o sentido de fazer com que os participantes reflitam sobre a importância da temática.

Outro objetivo frequente é contribuir com o planejamento financeiro pessoal/familiar. O planejamento é um dos temas mais abordados nas ações, seja para curto ou longo prazo. Para atingir o objetivo, além de ressaltar sua importância, são apresentados métodos e ferramentas de planejamento. A atividade de assessoria, também enfatiza o planejamento, trabalhando diretamente com a realidade dos indivíduos.

A educação financeira também aparece em um contexto mais amplo de formação para a cidadania. Assim, o objetivo das ações de extensão é contribuir para a formação do cidadão. Nesse cenário, o contexto escolar é o lugar privilegiado para o desenvolvimento das ações, uma vez que as crianças e jovens estão em processo de formação.

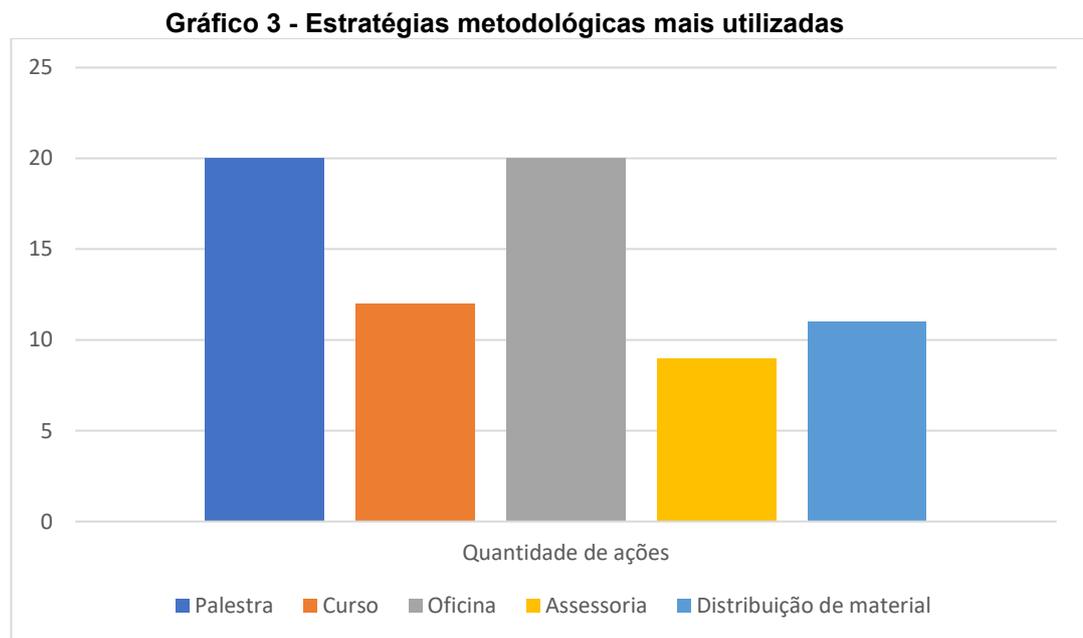
Melhorar a utilização dos recursos financeiros é o objetivo principal da educação financeira. Este também é um dos objetivos principais entre as ações analisadas.

O fim último da educação financeira é a melhoria da qualidade de vida. Os projetos das ações de capacitação refletem essa afirmação de forma explícita ou implícita. As ações voltadas ao público adulto buscam contribuir para a superação de dificuldades e melhorar a qualidade de vida dos indivíduos ou comunidades de forma imediata. Já as ações voltadas para crianças e jovens enfatizam a melhoria da condição de vida futura.

Para atingir os objetivos estabelecidos, a maioria das ações foi organizada na modalidade projeto. Há ainda ações organizadas como eventos, prestação de serviços e programas. Entretanto, há projetos compostos por um conjunto de ações, executados a médio e longo prazos, com diretrizes bem estabelecidas que poderiam

ser classificados como programas. É o caso do projeto Educação Financeira Para Toda a Vida, desenvolvido pela UFPB.

Na execução dos projetos são utilizadas variadas estratégias metodológicas, como palestras e aulas expositivas, cursos, oficinas, olimpíadas, assessoria e acompanhamento, distribuição de material, jogos e simulações, rodas de conversa, apresentações teatrais, workshops e produção de materiais para publicação em redes sociais.



Fonte: Elaborado pelo autor.

A escolha do tipo de atividade a ser desenvolvida varia de acordo com o público, os objetivos da ação e os recursos disponíveis. As estratégias mais utilizadas nas ações avaliadas foram palestras, cursos, oficinas, assessoria e distribuição de material. Elas serão detalhadas nos parágrafos seguintes.

As ações nas quais eram proferidas palestras, de forma exclusiva ou combinada com outras atividades, foram as que tiveram o maior alcance de público. Estas também demandam menos recursos e estrutura para a execução. Um exemplo de ação baseada em palestra é o projeto Finanças Pessoais: alternativas para controlar as receitas e as despesas em momentos de crise, desenvolvido pela Universidade Estadual de Goiás (UEG). No projeto eram ministradas palestras em escolas e empresas do município de Itumbiara/GO e a meta era atingir 1000 participantes. Os objetivos das palestras foram demonstrar, estimular e sensibilizar,

pois com esse tipo de estratégia não é possível o aprofundamento da ação pedagógica.

Os cursos, em oposição às palestras, têm uma carga horária maior, demandam maiores recursos para sua execução e atingem um público menor. Por outro lado, permitem que os temas sejam abordados com maior profundidade, alcançando mudanças de comportamentos e atitudes.

As ações de extensão voltadas para formação e aperfeiçoamento de professores foram todas realizadas por meio de cursos, presenciais ou na modalidade a distância. O Curso de Educação Financeira e Investimentos no Mercado Financeiro, promovido pela UFPB, visa “proporcionar o conhecimento necessário para que as pessoas venham a lidar com o dinheiro de forma saudável, aplicando técnicas de gerenciamento pessoal, controlando corretamente seus gastos e despesas”.

As oficinas, espaços interativos que favorecem a construção coletiva de conhecimentos, permitem aos participantes construí-los por meio da prática. Em função disso foram utilizadas nos diversos tipos de ações, com diferentes públicos e objetivos. O projeto Aprendendo a planejar e poupar: educação financeira infantil em escolas públicas municipais (UFPB), por exemplo, realizou uma oficina de construção de cofrinhos a partir da qual as crianças eram estimuladas a poupar. Em cursos de formação e aperfeiçoamento de professores foram aplicadas oficinas de construção de planos de aula. Em ações com jovens do ensino médio e agricultores familiares, as oficinas visavam à elaboração de um orçamento pessoal/familiar.

A assessoria em finanças pessoais pressupõe uma relação de confiança. Os participantes devem estar dispostos a compartilhar sua situação financeira e interessados em receber auxílio. Assim, os projetos que previam esse tipo de atividade eram realizados em parceria com associações, entidades do terceiro setor ou órgãos públicos como forma de legitimar a atuação junto ao público-alvo. Pela natureza da atividade, o público atendido é a população adulta e os atendimentos realizados de forma individualizada (ou familiar). Desta forma é possível contribuir com a solução de problemas reais e auxiliar na mudança de atitudes em relação às finanças.

A assessoria, por vezes, é realizada em grupos, mediante a discussão da situação específica dos participantes em rodas de conversa. Esse tipo de abordagem demonstra-se bastante proveitoso, pois permite o aprendizado entre os pares. O contexto social é fundamental na educação financeira. Assim, o aprendizado a partir

de experiências de pessoas da mesma comunidade tende a gerar impactos positivos na mudança de comportamento. Além disso, as rodas de conversa possibilitam a troca de conhecimentos favorecendo a formação dos estudantes que participam da ação.

Diversos projetos preveem a distribuição de material impresso, como folders e apostilas. O material serve de suporte para outras atividades, como palestras e oficinas e é disponibilizado para os professores de escolas públicas para utilização com os alunos. Há, ainda, a produção de material para publicação em redes sociais, o que amplia o alcance das atividades.

A escolha do tipo de atividade mostra-se adequada aos objetivos propostos e ao perfil dos participantes. Contribui para o sucesso das ações o levantamento do perfil dos participantes, seja como diagnóstico ou para seleção dos participantes.

4.4 CONHECIMENTO ESTENDIDO

A estrutura dos formulários de proposta de ação não contempla campo específico para a descrição dos temas abordados. Esta informação, quando existe, encontra-se dispersa ao longo dos documentos, geralmente incorporada aos tópicos resumo, metodologia, objetivos ou justificativa. Em alguns casos, o tema é apresentado de forma genérica, utilizando as expressões “finanças pessoais” ou simplesmente “educação financeira”.

A expressão predominante entre os temas abordados nas ações de extensão é “planejamento”, utilizada para referir-se tanto ao curto quanto ao longo prazo. No curto prazo, a noção de um planejamento mensal está diretamente relacionada à elaboração de orçamento pessoal/familiar e ao controle de despesas e receitas, temas que também são citados com frequência. No longo prazo, o tema contempla especialmente aquisições de maior vulto, como a aquisição de um imóvel ou veículo, formação de reserva para emergência e aposentadoria.

A formação de poupança e a realização de investimentos também são temas frequentemente abordados nas ações de extensão. Por um lado, aborda-se a importância da formação de poupança, buscando motivar os participantes e fornecer estratégias para sua realização. De outro, são apresentados produtos e serviços financeiros, como ações, fundos de investimento, títulos públicos, caderneta de

poupança, entre outros. O conceito de risco é abordado de forma transversal nos projetos.

Como tema oposto ao investimento, o endividamento também é frequentemente abordado nos projetos. De um lado aborda-se a oportunidade e conveniência da contratação de crédito, uma vez que a aquisição de bens com recursos de terceiros pode ser necessária ou vantajosa. De outro, noções sobre cálculo de juros e de custo efetivo, como ferramentas para comparação de alternativas de empréstimo/financiamento. Também são apresentados produtos e serviços de crédito, como cartão de crédito, limite da conta, consignado, financiamento imobiliário, entre outros.

O consumo consciente é abordado tanto em relação à saúde financeira quanto em relação à sustentabilidade. O apelo à sustentabilidade diz respeito ao consumo de recursos naturais necessários à produção dos bens de consumo. Consumindo apenas o que é necessário, o indivíduo economiza seus recursos e contribui com a preservação do ambiente. O tema traz a discussão sobre a relação entre desejos e necessidades como motivadoras do consumo.

Por fim, em alguns casos, a proposta é apresentar conhecimentos considerados básicos e ferramentas que auxiliem na organização das finanças pessoais. É o caso de ações nas quais há um enfoque em conteúdo de matemática básica, como porcentagem e juros, ou na apresentação de aplicativos e planilhas de orçamento pessoal.

As propostas visam, em sua maioria, possibilitar um contato inicial com a educação financeira. Assim, a ênfase está no conhecimento e não em aspectos comportamentais relacionados às finanças pessoais. O fato de as informações serem apresentadas de forma pouco detalhada nos projetos não permitiu uma análise mais aprofundada dos temas abordados nas ações de extensão.

4.5 CICLO DE MELHORIA

A maioria das ações de extensão avaliadas preveem estratégias de avaliação a serem realizadas pelos participantes, executores ou parceiros. A avaliação também era realizada pelos coordenadores das ações, ao apresentarem os relatórios de execução. Os principais itens avaliados são a percepção dos envolvidos na execução

da ação, os resultados de aprendizagem alcançados, os impactos para os participantes e as condições de infraestrutura e apoio. Ações realizadas em diversas edições tendem a ter um processo de avaliação consolidado, cujos resultados norteiam o planejamento das edições seguintes.

O modelo de avaliação mais comum conjuga a realização de reuniões periódicas entre professores e alunos/bolsistas responsáveis pela execução das atividades com a aplicação de questionários para os participantes. A avaliação periódica do desenvolvimento das atividades permite identificar problemas e ajustar o planejamento das ações. Os questionários buscam avaliar a percepção dos participantes sobre a ação e podem ainda coletar informações sobre comportamentos em relação a suas finanças. Essas informações são comparadas com o perfil dos participantes, quando realizado um diagnóstico inicial.

A avaliação de aprendizagem foi utilizada nas ações com carga horária mais extensa, especialmente aquelas organizadas em formato de curso. Nas ações destinadas à formação de professores, os participantes elaboravam trabalhos de conclusão de curso. Além disso, ao longo dos cursos, eram aplicados exercícios avaliativos.

A avaliação de aprendizagem também foi utilizada em escolas onde as atividades, embora não organizadas em formato de cursos, eram compostas por uma série de encontros. É o que acontece no projeto Rendimento, gastos e consumo consciente: a educação financeira como indutora para a gestão das finanças pessoais, realizado pela Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL). Nesta ação, os participantes são avaliados no início das atividades e também no final. Assim, é possível comparar os resultados e avaliar o ganho na aprendizagem dos alunos.

Para avaliar os resultados dos projetos são utilizados questionários e entrevistas que buscam identificar se o aprendizado desenvolvido durante o curso contribuiu para a melhoria das decisões financeiras. No caso das ações que disponibilizam assessoria financeira, esse acompanhamento é realizado de forma contínua a partir da evolução da situação financeira dos participantes.

O projeto de educação financeira desenvolvido pela UFV, com o objetivo de estimular a valorização da renda e do trabalho em municípios da região do Campus Florestal, utiliza o resultado das avaliações para planejamento de cada edição. Os executores do projeto, realizado desde 2014, empregam um questionário rápido ao final de cada atividade. Além disso, buscam ouvir as pessoas anfitriãs, como

dirigentes de escolas, associações ou empresas parceiras. Essa sistemática de promover ajustes a cada edição a partir dos resultados da avaliação é característica das ações desenvolvidas em edições sucessivas.

A extensão é uma atividade que deve integrar-se ao currículo dos cursos e contribuir para a formação do estudante. Entretanto, a contribuição das ações para a formação dos estudantes não é um item avaliado. Exceção deve ser feita para o projeto Finanças Pessoais: a utilização de ferramentas para o controle de gastos familiares, desenvolvido pela Universidade Federal do Sul e Sudoeste de Pará (UNIFESPA). O projeto estabelece como diretriz de avaliação que o êxito da ação somente será alcançado “se proporcionar aos alunos da graduação a possibilidade de interação com a comunidade e a aplicação da teoria vista em sala de aula, de forma prática e contributiva com a sociedade, possibilitando uma melhor gestão dos recursos familiares participantes”.

A avaliação das ações retroalimenta o planejamento. Alterações em projetos são justificadas pelas avaliações de edições anteriores. Os resultados das avaliações também permitem identificar as necessidades da comunidade atendida, abrindo novas frentes de atuação.

4.6 INTERAÇÃO COM A COMUNIDADE

A análise das ações revelou um relativo distanciamento entre as comunidades e as universidades, tendo em vista que o envolvimento das comunidades na elaboração das propostas de ação de extensão em regra é limitado. As ações que envolvem algum tipo de parceria trazem uma interação um pouco mais próxima, e há exemplos de interação efetiva entre a comunidade e a universidade, que serão apresentados na sequência.

A interação nas parcerias se dá por intermédio de um representante institucional, como os diretores de escolas ou os dirigentes de empresas, associações e órgãos públicos. A existência de uma parceria não implica a interação na construção das propostas de educação financeira, pois, como já mencionado, em muitos casos a parceria limita-se à cessão de espaço e de acesso ao público-alvo. A articulação entre as instituições ganha contornos mais fortes quando o parceiro contribui para o levantamento do perfil e das necessidades do público-alvo. Desta forma, contribuem

para o planejamento das ações, inclusive para a definição da metodologia a ser adotada.

É o caso das ações desenvolvidas no município de Araraquara/SP. A partir de demanda da Secretaria Municipal de Educação a respeito da carência de discussões nas salas de aula sobre temas da Educação Financeira, a Universidade Estadual Paulista (UNESP) realizou o projeto Educação Financeira para o Consumo Sustentável. O diagnóstico inicial foi complementado com a metodologia escolhida, que se baseou em diálogos com a comunidade (rodas de conversa), pesquisa-ação e mapeamento participativo (coleta de informações baseada na percepção e conhecimento que os indivíduos têm do espaço em que vivem). Conseqüentemente, a comunidade pode expressar suas dúvidas, vivências e expectativas. A interação entre a comunidade e a universidade se repetiu em outros dois projetos. A experiência das parcerias da UNESP será detalhada na seção 4.7.

A primeira atividade do projeto Mais Educação Financeira, desenvolvido pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), é o convite à comunidade. De acordo com o projeto, este convite é uma etapa muito importante, pois é o momento em que se explica do que trata o projeto e são esclarecidas todas as dúvidas. É também nesta etapa que são definidos os acordos de cooperação entre as lideranças comunitárias, fundamentais para o sucesso da ação, e a equipe do projeto.

O projeto Educação Financeira para mulheres negras empreendedoras, desenvolvido pela UEFS, teve como etapa inicial o mapeamento dos grupos, associações ou organizações coletivas de mulheres negras na cidade que reivindiquem o empreendedorismo ou outras atividades econômicas. O objetivo consistia em entender como a educação financeira era entendida nesses espaços. A partir deste diagnóstico, o projeto foi desenvolvido tendo como premissa que pensar a educação financeira de mulheres negras é, antes de tudo, compreender as especificidades sociais desse grupo e nesse sentido, criar possibilidades de transformação dessa lógica e realidade.

A interação com a comunidade também ocorre a medida em que o aprendizado dos alunos de graduação que participam da ação é valorizado. São poucos projetos que enfatizam as contribuições da ação para o processo de formação do estudante, para além das pesquisas e leituras realizadas previamente ao contato com a comunidade.

O projeto Ajuste de contas: como engrenar suas finanças, desenvolvido na Universidade Federal de Goiás (UFG), é um exemplo. A proposta tem como objetivo possibilitar aos discentes o contato com a população em geral e que eles compreendam a realidade da situação socioeconômica das pessoas. Além disso, os discentes têm oportunidade de desenvolver suas habilidades referentes à oratória e explanação em público, planejamento de atividades, gestão do tempo, organização e execução de um projeto.

Os exemplos apresentados são exceções, pois não há envolvimento da comunidade no planejamento da maioria dos projetos. A interação ocorre na execução das atividades e, em alguns casos, no momento de avaliação.

4.7 CASOS EXEMPLARES

As ações descritas a seguir destacam-se pela sua abrangência e envolvimento das comunidades interna e externa. São ações desenvolvidas em instituições distintas, com público diversificado, mas que têm em comum o sucesso no alcance dos objetivos propostos.

4.7.1 Educação Financeira para Todos

O projeto Educação Financeira para Toda a Vida é promovido desde 2012, pelo Departamento de Finanças e Contabilidade, do Centro de Ciências Sociais Aplicadas da UFPB. O projeto alinha-se ao projeto pedagógico do Curso de Ciências Contábeis e contempla a participação de mais de 30 alunos, distribuídos entre graduação, mestrado e doutorado. As ações do projeto estão divididas em quatro bases, conforme descrito no Quadro 13.

Ao longo dos quase 10 anos do projeto foram estabelecidas diversas parcerias, dentro e fora da instituição, que contribuíram ativamente para o desenvolvimento das ações. Entre as parcerias externas, destacam-se as empreendidas para realização da OBEF, que alcançam 32 universidades federais, 2 universidades estaduais e 4 institutos federais. O projeto conta, ainda, com patrocínios e parcerias com entidades privadas e prepara-se para a internacionalização, com parcerias com universidades de Portugal, Uruguai e Argentina.

Quadro 13 - Projeto Educação Financeira para Todos

Base de Atuação	Descrição	Público-alvo	Parcerias
Linha 1: Primeiros Passos da Educação Financeira.	Atividades lúdicas, exposições, brincadeiras e jogos pedagógicos que demonstram a importância do dinheiro e os meios corretos para aquisição dos bens.	Crianças de 6 a 12 anos, alunos da primeira etapa do ensino fundamental.	Escola de Educação Básica da UFPB, outras escolas públicas e privadas e ONG Olho do Tempo: Escola Viva.
Linha 2: O Despertar das Finanças Pessoais: (Inter)Ações no Enfrentamento a Violência e da Consciência Econômica.	Palestras, encenações nas escolas sobre Educação Financeira, bem como oficinas para empresas visando disseminar conhecimentos à população, que poderá se planejar melhor na sua vida financeira.	Alunos de ensino médio e trabalhadores nas empresas parceiras.	Empresas de médio e grande porte e escolas da região de João Pessoa/PB.
Linha 3: Educação Financeira: Planejando nossas Compras Atividades.	Pesquisa de preços em supermercados da região, análise e divulgação de ranking de preços para consulta da população. A divulgação é realizada no site e redes sociais do projeto.	População em Geral	Curso de Ciência da Computação para manutenção do site e criação de aplicativo.
Linha 4: Olimpíadas Brasileira e Paraibana de Educação Financeira	Competição anual entre os estudantes do ensino fundamental e médio de escolas públicas e particulares.	Alunos de ensino fundamental e médio de escolas públicas e particulares.	Universidades, institutos federais e escolas.

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos documentos do projeto

As estratégias metodológicas adotadas adequam-se ao público e aos objetivos de cada linha de ação. Busca-se o reconhecimento do saber da comunidade, alunos, técnicos e docentes, em um processo de construção coletiva do saber e do fazer. Assim as ações da Linha 1, voltadas ao público infantil, incluem atividades lúdicas, brincadeiras e jogos. Para os alunos do ensino médio e funcionários de empresas, as palestras, oficinas e encenações buscam contemplar temas relacionados ao dia a dia dos participantes. E a divulgação das pesquisas de preços em supermercados, é realizada em diversos canais, como site e mídias sociais, visando ampliar o acesso do público.

As provas da OBEF são subdivididas em níveis, sendo os primeiros voltados para alunos de 2º a 9º ano do ensino fundamental e o quinto para os alunos do ensino médio, assim, as questões são adequadas à idade/escolaridade dos participantes. São realizadas ações associadas como a publicação de videoaulas com resolução de questões e o estímulo a ações nas universidades parceiras que promovam a

preparação dos alunos para as provas. Também foi lançado um aplicativo que permite o treinamento dos alunos a partir de questões simuladas.

A OBEF é a ação com o maior alcance, atingindo, no ano de 2019, mais de 38 mil alunos participantes. No ano de 2020, em função da pandemia, as provas foram adaptadas para aplicação em formato virtual. Apesar das dificuldades, foram mais de 6 mil alunos inscritos. A partir do contato com o tema é possível despertar o interesse de crianças e adolescentes pelo aprendizado em educação financeira. Um dos objetivos da iniciativa é “promover o estudo da educação financeira nas instituições de ensino de cada unidade da federação”. Isso tem sido alcançado por meio das parcerias que viabilizam a aplicação da prova e fomentam iniciativas de extensão envolvendo a temática.

Os resultados da avaliação realizada pela equipe têm sido incorporados em cada nova edição do projeto. A avaliação é realizada de forma contínua, mediante supervisão das atividades pelos professores orientadores, elaboração de relatórios pelos alunos extensionistas e aplicação de questionário junto ao público participante. As dificuldades encontradas são discutidas em reuniões semanais da equipe, nas quais é definido o planejamento para continuidade das atividades. A avaliação final quanto ao atingimento dos objetivos estabelecidos é realizada pelo coordenador do projeto.

O projeto tem impacto nas crianças, jovens e famílias que participam das atividades em sala de aula, utilizam os relatórios de pesquisa de preço ou participam das olimpíadas; nas empresas, na comunidade. Há que se destacar também um resultado bastante significativo promovido pela OBEF que é o estímulo a iniciativas de educação financeira nas universidades parceiras.

4.7.2 Educação financeira na agricultura familiar

Dois projetos realizados no estado de Minas Gerais e voltados para agricultores familiares destacaram-se pela execução com forte interação com a comunidade. Na Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), o projeto Estruturação e organização financeira dos agricultores familiares de Ouro Preto e Mariana e na Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), o projeto intitulado Educação Financeira na Agricultura Familiar.

A ação da UFOP é um projeto interdisciplinar de Economia, Administração e Serviço Social voltado a agricultores familiares das cidades de Ouro Preto e Mariana. Tem por objetivo a estruturação financeira dos agricultores familiares da Associação dos Agricultores Familiares de Piedade e Região (AAFPRE). Para atingir o objetivo geral, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos: realizar o levantamento das necessidades da associação e das famílias; consolidar rotinas administrativas orientadas à formalização escritural financeira; promover treinamentos e capacitações para os responsáveis pelas novas práticas; avaliar as rotinas implementadas; corrigir falhas do processo; assessorar a associação e as famílias quanto ao uso consciente dos recursos obtidos.

O projeto insere-se no Programa de Extensão em Agricultura Familiar da UFOP, vinculado ao Núcleo de Pesquisa e Extensão em Desenvolvimento Econômico e Social. Fazem parte do programa projetos como o Circula Agricultura, que promove uma feira onde são comercializados produtos como hortaliças, quitandas e artesanatos produzidos de forma orgânica e agroecológica. A feira permitiu que os agricultores familiares obtivessem um novo meio de sustento para seus lares, consolidando espaços de geração de renda com respeito ao meio ambiente.

A equipe do projeto ofertou oficinas sobre orçamento familiar, consumo consciente e fundamentos da gestão financeira aos envolvidos. Com o projeto em andamento, verificou-se que os agricultores estavam colocando em prática a organização do seu controle financeiro, bem como o hábito de se reunirem para discutir o andamento da associação. O processo de ensino-aprendizagem foi construído de forma bastante interativa, pois “não se trata apenas de oferecer cursos, mas trata-se de construir valores, uma cultura, juntos”. Também foram oferecidos treinamentos junto à comunidade sobre formação de preços e controle de custos pelos agricultores familiares.

Os executores do projeto listaram algumas dificuldades na execução das ações: falta de pessoal, as comunidades atendidas ficam em regiões de difícil acesso, excesso de chuvas, falta de recursos e equipamentos. Apesar disso, a avaliação é de que o projeto trouxe resultados positivos para a comunidade, além de fato deste estar inserido em um programa com ações correlacionadas foi considerado fundamental para o seu sucesso.

O projeto desenvolvido na UFTM tem como público-alvo os agricultores familiares da região de Iturama/MG e seu objetivo geral é “colaborar com os

agricultores familiares na melhoria do emprego de seus rendimentos proporcionando uma otimização dos seus recursos”.

Para atingir tal objetivo, o projeto buscou proporcionar espaços de discussão e troca de informações sobre finanças, identificar ferramentas de gestão utilizadas nas propriedades, colaborar com o entendimento de conceitos financeiros e contribuir para o processo de tomada de decisão. Foram realizadas visitas, levantamento de dados, rodas de discussão e análise dos problemas mais recorrentes entre os participantes.

As ações do projeto foram desenvolvidas tendo como base a interação dialógica. É uma forma de mobilizar professores e alunos para a troca de conhecimento, experiências e técnicas financeiras com os agricultores familiares. O projeto alinha-se ao Projeto Pedagógico do Curso de Agronomia e visa possibilitar aos alunos vivenciar as dificuldades enfrentadas pelos agricultores familiares.

A partir da análise das práticas financeiras dos agricultores familiares foram abordados temas como fluxo de caixa, juros, sistemas de amortização e mercado financeiro visando contribuir com ajustes no orçamento familiar e com a tomada de decisões. O desenvolvimento de ações em conjunto busca contribuir para a conquista de uma melhor condição de vida e permanência da população no campo.

Em ambos os projetos, a construção do conhecimento ocorreu a partir dos saberes e necessidades da comunidade. A interação dos alunos com os agricultores familiares é destacada nos projetos como um dos benefícios da ação para a formação dos estudantes. Por fim, a realização de rodas de conversa e oficinas em grupo, permite a troca de experiências e o aprendizado entre os agricultores familiares da comunidade.

4.7.3 Educação financeira, consumo sustentável, empreendedorismo e cidadania.

Utilizando uma metodologia participativa, três projetos desenvolvidos pela UNESP conseguiram envolver a comunidade escolar do município de Araraquara/SP. Desenvolvidas pela Faculdade de Ciências e Letras, as ações articulam a educação financeira com consumo sustentável, empreendedorismo e cidadania. A metodologia escolhida para os projetos baseou-se no diálogo com a comunidade externa e mapeamento participativo, ou seja, coleta de informações baseadas na percepção e conhecimento que os indivíduos têm do espaço em que vivem.

O primeiro projeto foi desenvolvido no ano de 2018 a partir de demanda da Secretaria Municipal de Educação a respeito da carência de discussões nas salas de aula sobre temas da Educação Financeira. Com o título Educação Financeira para o consumo sustentável, o projeto visava identificar junto à comunidade escolar a problemática ambiental provocada pelo consumo não consciente.

Um dos passos iniciais do projeto foi a realização, por meio de questionário, de um levantamento dos conhecimentos e dúvidas sobre os conceitos financeiros. Os alunos também foram questionados sobre os problemas existentes na escola e comunidade em que vivem e que, no seu ponto de vista, são causados por um consumo não consciente. O levantamento serviu para nortear os passos das atividades que seriam desenvolvidas e promover a autoavaliação dos participantes envolvidos.

Ao longo do projeto os participantes puderam expressar suas dúvidas, vivências e expectativas. Também foram incentivados a elaborar propostas que contribuíssem para o consumo sustentável na comunidade onde vivem. Entre as propostas desenvolvidas estão a reutilização de garrafas pet para criação de brinquedos e pequenas hortas, montar uma feira de troca de objetos usados na escola, geração de renda a partir do óleo de cozinha usado, criação de lixeira remunerada, entre outros.

Em 2019, foi realizado o projeto Educação financeira e empreendedorismo social, voltado para turmas de 7º e 8º anos do Ensino Fundamental, na modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA). O objetivo era construir com a comunidade uma interação social que garantisse a disseminação dos conhecimentos financeiros, valorizando os conhecimentos trazidos pelos agentes.

Para subsidiar o planejamento das atividades, a equipe do projeto buscou sistematizar, junto a Secretaria Municipal de Educação e os professores responsáveis pelo EJA, os conhecimentos de Matemática Financeira a serem disseminados. A partir daí foram realizadas oficinas utilizando metodologia participativa de forma a garantir que os participantes se apropriassem e conseguissem utilizar os conhecimentos desenvolvidos.

Os impactos do projeto foram avaliados a partir da aplicação de questionários no início e no encerramento. Os dados coletados indicam que a ação proporcionou mudanças nos hábitos financeiros dos participantes. Houve incremento no percentual de participantes que realiza controle de gastos mensais, pesquisa preços antes de

realizar uma compra, reserva mensalmente uma parte dos recursos para poupança e que utiliza a matemática para decidir sobre ofertas no supermercado.

Para o ano de 2020 estava prevista a realização do projeto Educação Financeira para a promoção da cidadania financeira. Em função da pandemia, as aulas presenciais nas escolas do estado de São Paulo foram suspensas e o projeto precisou ser readaptado. Assim, foram produzidos 43 vídeos curtos sobre a temática, os quais foram disponibilizados para os diretores e coordenadores das escolas e publicados no Youtube.

A coordenadora dos projetos atribui o sucesso das ações ao diálogo constante com a comunidade escolar, principalmente com os professores e coordenadores das escolas. O diálogo permitiu receber *feedback* por parte da comunidade, realizar ajustes e superar as dificuldades surgidas. A realização de reuniões periódicas com os bolsistas e voluntários também é destacada, pois permitiu o compartilhamento das experiências vividas durante as atividades que ocorriam nas escolas. O envolvimento das comunidades interna e externa gerou laços de cooperação e amizade e permitiu a manutenção das atividades mesmo no contexto de incertezas da pandemia.

4.8 PRINCIPAIS RESULTADOS

A educação financeira está inserida nas ações de extensão das universidades públicas brasileiras. As ações atendem a diversos segmentos da sociedade, contemplando de crianças a idosos, e contam com parcerias de órgãos públicos, associações e entidades privadas. A interação entre a universidade e a comunidade externa ocorre principalmente na execução da ação, não havendo uma integração no desenvolvimento delas, que visam proporcionar um contato inicial dos participantes com o tema.

As ações desenvolvidas nas universidades estão vinculadas em sua maioria aos cursos de Administração, Ciências Contábeis e Economia. A vinculação ao ensino é justificada pela oferta de disciplinas relacionadas a finanças no currículo dos cursos. Foram avaliadas ações de todas as áreas do conhecimento, o que demonstra a possibilidade de uma abordagem interdisciplinar do tema. Entretanto, a interação entre departamentos para oferta das ações de extensão é praticamente inexistente.

Quadro 14 - Principais resultados

Dimensão	Resultados
1. Quem promove	<ul style="list-style-type: none"> - Predominância dos cursos de Administração, Ciências Contábeis e Economia na oferta das ações. Entretanto, há oferta de ações em todas as áreas do conhecimento. - As parcerias realizadas, em regra, limitam-se a questões logísticas, sendo as escolas públicas os parceiros preferenciais. - Pouca interação das universidades com as entidades promotoras da ENEF.
2. Destinatários	<ul style="list-style-type: none"> - As ações atingem um público diversificado, atendendo desde crianças até idosos. Entretanto, o público prioritário é composto por alunos dos ensinos fundamental e médio. - O diagnóstico do perfil dos participantes é prática recorrente, sendo realizado no início da execução da ação. - Poucas ações visam à formação de multiplicadores.
3. Tipo de atividade	<ul style="list-style-type: none"> - As ações são organizadas na forma de projetos. - As atividades mais comuns são palestras, cursos, oficinas, assessoria e distribuição de material. - As estratégias metodológicas escolhidas demonstram-se adequadas aos objetivos propostos.
4. Justificativa da oferta	<ul style="list-style-type: none"> - As justificativas apresentadas alinham-se ao objetivo da educação financeira que, segundo a OCDE (2005) é a melhoria do bem-estar financeiro. - A necessidade de oferta das ações é identificada a partir de dados gerais da população brasileira.
5. Conhecimento estendido/temas abordados	<ul style="list-style-type: none"> - Os principais temas abordados são planejamento; poupança e investimento; endividamento, consumo consciente e ferramentas básicas para organização das finanças pessoais. - A informação sobre os temas abordados não está presente de forma explícita nas propostas.
6. Enfoque	<ul style="list-style-type: none"> - A ênfase das ações está no conhecimento e não em aspectos comportamentais relacionados às finanças pessoais.
7. Objetivos/resultados de aprendizagem	<ul style="list-style-type: none"> - As propostas trazem os objetivos da ação, e não os resultados de aprendizagem almejados. - Os principais objetivos apresentados nas propostas são: conscientizar os participantes, contribuir para o planejamento financeiro pessoal/familiar, formar cidadãos, melhorar a utilização dos recursos financeiros e a qualidade de vida dos participantes.
8. Avaliação da ação/ciclo de melhoria	<ul style="list-style-type: none"> - As ações são avaliadas e os resultados incorporados à oferta de edições seguintes. - O impacto da ação para formação do estudante não é avaliado.
9. Inserção/integração na comunidade.	<ul style="list-style-type: none"> - A interação com a comunidade acontece, em regra, apenas na execução dos projetos.

Fonte: Elaborado pelo autor.

O potencial das universidades para construção e difusão do conhecimento na área de Educação Financeira é pouco aproveitado pela ENEF. Entre as instituições que coordenam a estratégia nacional, apenas o Banco Central estabeleceu parceria com universidades, e de forma bastante tímida. A parceria preferencial das

universidades é com escolas públicas e associações que proporcionam acesso aos alunos.

O público prioritário das ações é composto por alunos de ensino fundamental e médio. Há projetos voltados para segmentos específicos da sociedade, como beneficiários de programas de transferência de renda, agricultores familiares, mulheres negras empreendedoras, idosos, casais e crianças. As ações buscam avaliar o perfil dos participantes para adequação das atividades planejadas. Conhecer os participantes é uma das boas práticas recomendadas na literatura.

O levantamento do perfil dos participantes contribui para que as atividades propostas estejam alinhadas aos objetivos da ação. Para promover um contato inicial como o tema, conscientizando os participantes de sua importância, a realização de oficinas e palestras que abordam questões do dia a dia demonstra-se adequada. Para intervenção imediata em comportamentos e atitudes, a estratégia escolhida é a assessoria. E os cursos buscam uma formação mais robusta, voltada à formação de multiplicadores.

Um número significativo de propostas não apresentava de forma explícita os conteúdos/temas que seriam abordados. Essa limitação tem relação com a forma como os projetos são registrados, uma vez que os formulários utilizados não têm espaço específico para essa informação. A informação sobre os temas abordados, quando disponível, estava dispersa ao longo dos documentos.

A avaliação criteriosa dos documentos permitiu concluir que os principais temas abordados são planejamento; poupança e investimento; endividamento, consumo consciente e ferramentas básicas para organização das finanças pessoais. Os temas abordados alinham-se às definições e indicadores de Educação Financeira apresentados neste trabalho.

As propostas não apresentam o que os participantes devem conhecer e ser capazes de fazer após a realização. Em muitos casos, em lugar dos resultados de aprendizagem esperados são apresentadas as etapas da execução da ação, como selecionar participantes, treinar bolsistas e realizar a palestra. Em outros, o que se apresenta é um objetivo mais amplo da ação, como conscientizar os participantes, contribuir para o planejamento financeiro pessoal/familiar, formar cidadãos, melhorar a utilização de recursos financeiros e a qualidade de vida dos participantes. Os objetivos declarados alinham-se ao objetivo da Educação Financeira que, segundo a OCDE (2005), é a melhoria do bem-estar financeiro.

A maioria das propostas prevê um processo de avaliação que leva em conta a perspectiva dos coordenadores, professores e estudantes que executam a ação e também dos participantes e parceiros. A avaliação é planejada na proposta, executada ao longo do desenvolvimento da ação e seus resultados apresentados nos relatórios elaborados pelo coordenador. Trata-se de um processo consolidado que fornece subsídios para a oferta de novas ações nos períodos seguintes.

A interação com a comunidade tem início com a execução da ação, sendo raras as situações em que a troca subsidia o planejamento das ações. A avaliação é um momento em que a comunidade externa, indiretamente, pode contribuir com o planejamento de atividades futuras. Os objetivos da ação são definidos sem a participação da comunidade, portanto, a contribuição dos seus saberes para formação dos alunos e professores da universidade tem pouco destaque nas propostas elaboradas.

As ações de extensão em Educação Financeira desenvolvidas pelas universidades alinham-se aos conceitos estabelecidos por organismos internacionais e pesquisadores. Observam boas práticas estabelecidas na literatura e estão alinhadas às diretrizes da ENEF, pois contribuem para a promoção da cidadania e ajudam a população a tomar decisões autônomas e conscientes.

4.9 REFLEXÕES E OPORTUNIDADES DE MELHORIA

O cenário atual é propício para a oferta de ações de extensão em Educação Financeira, pois as condições econômicas e sociais tornam-na uma necessidade para a população. O tema integra a BNCC e deve fazer parte do dia a dia das escolas públicas e privadas. E as atividades de extensão, por força da Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018, devem compor pelo menos 10% da carga horária dos cursos de graduação.

As universidades reconhecem a atualidade e relevância da Educação Financeira, o que fica demonstrado pelo volume de ações desenvolvidas. As parcerias realizadas com empresas, instituições financeiras, órgãos públicos, associações e entidades do terceiro setor reforçam o envolvimento da sociedade com o tema. As ações, ofertadas em todas as regiões do país, atendendo públicos e necessidades

variados, contribuem para promoção da cidadania e ajudam a população a tomar decisões financeiras autônomas e conscientes.

O trabalho desenvolvido nas universidades alinha-se aos objetivos da ENEF, porém não é possível dizer que esteja integrado à estratégia nacional, tendo em vista os mapeamentos realizados por ela praticamente não identificarem ações desenvolvidas em instituições de ensino superior. A exceção dos quatro polos de educação financeira, não há referência às universidades públicas no site e documentos da ENEF, mas, embora as políticas para educação financeira propostas pela ENEF devessem incluir as universidades, não se vislumbra sua inclusão no ensino superior a partir de suas diretrizes e propostas.

Este trabalho demonstrou que existe um volume significativo de ações de Educação Financeira voltadas à comunidade externa, entretanto, por ser uma competência essencial para todos os cidadãos, em particular para os futuros profissionais, deveria ser incluída no ensino superior. Por fim, embora não estivesse no escopo deste trabalho, foi possível inferir que existem pesquisas sobre o tema na universidade. Ou seja, a educação financeira está presente nas atividades de ensino, pesquisa e extensão das instituições.

Esse trabalho foi realizado a partir de documentos internos produzidos pelas instituições. O registro das ações de extensão deve permitir que “seja possível organizar os planos de trabalho, as metodologias, os instrumentos e os conhecimentos gerados” (CNE, 2018). Entretanto, nos documentos analisados, as informações são declaradas pelos proponentes do projeto de forma resumida, a partir do que as unidades responsáveis pela extensão nas universidades consideram ser essencial para tramitação interna das propostas.

As ações desenvolvidas abrangem uma grande variedade de temas, entretanto, alguns são pouco explorados. É o caso do direito do consumidor, especialmente do consumidor de produtos e serviços financeiros. Um dos objetivos da Educação Financeira, conforme a OCDE (2005), é proporcionar que os indivíduos saibam onde buscar ajuda. Ter consciência dos direitos é uma forma de o cidadão se proteger em relações comerciais abusivas com instituições financeiras, avaliar produtos e serviços oferecidos e evitar golpes e fraudes. Assim, causa surpresa que apenas um projeto aborde o tema.

A geração de renda é outro tema pouco explorado. Um número significativo de projetos é desenvolvido com jovens que estão iniciando ou próximos de iniciar sua

trajetória no mercado de trabalho. É um momento de escolhas para eles e as decisões tomadas podem afetar significativamente seu rendimento financeiro futuro. Mesmo nos projetos desenvolvidos com adultos, o equilíbrio financeiro parece ser buscado apenas pelo ajuste das despesas.

O esforço conjunto das universidades permite realizar ações com abrangência nacional, como é o caso da OBEF, coordenada pela UFPB. Boas práticas e projetos de sucesso poderiam ser replicados em diferentes regiões do país. Entretanto, a interação entre as universidades para oferta de cursos de extensão em Educação Financeira é praticamente inexistente, com exceção da OBEF. Espera-se que a divulgação da lista de ações analisadas neste trabalho (Apêndice C) possa contribuir com o estabelecimento de parcerias com as universidades.

De forma semelhante, a integração entre os cursos e departamentos da instituição pode potencializar as ações. As ações multidisciplinares, em geral vinculadas a programas, tendem a proporcionar um atendimento mais completo as necessidades da comunidade externa e uma oportunidade de aprendizado mais rica para a comunidade interna. As ações desenvolvidas em escolas, por exemplo, são um espaço propício para ações multidisciplinares, pois abordam o tema finanças, típico da área de sociais aplicadas, em um ambiente de ensino para o qual cursos de licenciatura buscam formar profissionais.

A avaliação das ações é uma das boas práticas recomendadas na literatura e por organismos internacionais. As universidades adotam a prática na maioria das ações analisadas. Mais que isso, a avaliação é planejada na elaboração da proposta, executada com o desenvolvimento da ação e os resultados subsidiam as novas ofertas. Outra boa prática adotada pelas universidades diz respeito a conhecer o público-alvo, cujo perfil é levantado junto aos representantes da comunidade, ou diretamente mediante a aplicação de questionários. Dessa forma, as atividades podem ser adequadas ao perfil da comunidade.

O Quadro 15 apresenta oportunidades de melhoria identificadas para cada dimensão de análise comparativa das ações de extensão.

Quadro 15 - Oportunidades de melhoria

Dimensão	Questões norteadoras
1. Quem promove	<ul style="list-style-type: none"> - Oferta de ações interdisciplinares, uma vez que as ações de extensão podem ser ofertadas por departamentos das diversas áreas do conhecimento. - Estabelecer redes de cooperação com universidades e demais instituições que trabalham com o tema.
2. Destinatários	<ul style="list-style-type: none"> - Estabelecer uma parceria articulada com as escolas de forma que as ações ofertadas estejam alinhadas ao currículo dos alunos. - Ampliar as ações de formação de professores, tendo em vista a implementação da BNCC.
3. Tipo de atividade	<ul style="list-style-type: none"> - Desenvolvimento de programas ou integração das ações existentes a programas.
4. Justificativa da oferta	<ul style="list-style-type: none"> - Demonstrar as necessidades do público-alvo.
5. Conhecimento estendido/temas abordados	<ul style="list-style-type: none"> - Demonstrar de forma detalhada os temas que serão abordados na proposta da ação. - Incluir direitos e deveres do consumidor e geração de renda.
6. Enfoque	<ul style="list-style-type: none"> - Demonstrar as estratégias que serão utilizadas para promover mudanças de comportamento, quando esse for o objetivo.
7. Objetivos/resultados de aprendizagem	<ul style="list-style-type: none"> - Estabelecer nas propostas os resultados de almeçados a partir do que se espera que os participantes devam saber e compreender, e do que se espera que sejam capazes de fazer após a participação na ação.
8. Avaliação da ação/ciclo de melhoria.	<ul style="list-style-type: none"> - Incluir no escopo da avaliação os resultados para formação dos estudantes vinculados à ação. - Estabelecer estratégias de avaliação do impacto da ação para a comunidade.
9. Inserção/integração na comunidade.	<ul style="list-style-type: none"> - Buscar compreender as necessidades da comunidade para o planejamento da ação. - Estabelecer condições para a efetiva troca de conhecimentos entre a comunidade externa e interna.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Por fim, como desdobramento deste trabalho, foi elaborado o produto técnico-tecnológico “Planejando ações de educação financeira: onde encontrar ajuda?”, cujo objetivo é apresentar publicações de pesquisadores, governos e instituições que possam contribuir com o planejamento de ações de educação financeira. Em cinco seções são abordados os seguintes tópicos: educação financeira e bem-estar financeiro; resultados de aprendizagem, temas, público-alvo e planejamento e avaliação.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho atendeu a seu objetivo geral que era avaliar a inserção da Educação Financeira nas ações de extensão em universidades públicas brasileiras, constatando-se que o tema está presente em ações desenvolvidas por um conjunto significativo delas. A análise dos documentos recebidos permitiu caracterizar a inserção da temática nas ações de extensão, considerando os atores envolvidos, as metodologias empregadas, os temas desenvolvidos e os resultados observados.

A construção de um referencial teórico sobre educação financeira e sobre extensão permitiu estabelecer dimensões de análise comparativa de ações desenvolvidas. O processo também oportunizou sintetizar as principais ações realizadas no âmbito da ENEF. Dessa forma, foram atingidos os dois primeiros objetivos específicos do trabalho.

Os outros três objetivos específicos também foram atingidos: identificar padrões recorrentes nas ações de extensão em educação financeira desenvolvidas pelas universidades brasileiras; comparar as ações e identificar oportunidades de melhoria. A análise compreendeu um processo cíclico de categorização, comparação e reorganização das informações. Os resultados foram apresentados de acordo com os padrões identificados em cada dimensão de análise comparativa. Foram citados casos típicos dos padrões identificados, assim como exceções que ajudam a ilustrar os achados da pesquisa. Também foram apresentados alguns projetos exemplares e oportunidades de melhoria.

Os procedimentos adotados para obtenção dos resultados, análise e interpretação dos dados caracterizam a pesquisa como qualitativa básica. Foram analisados documentos remetidos por 44 universidades que retratavam 96 ações de extensão. A maior parte dos documentos recebidos retratava a proposta de ação de extensão, submetida à aprovação interna nas universidades antes do início das atividades.

O fato de os documentos recebidos comporem uma declaração de intenções dos proponentes das ações, e não os resultados alcançados, caracterizou uma das limitações desse estudo. Além disso, para propor um estudo em todo o conjunto de universidades públicas brasileiras, foi necessário limitar o aprofundamento da análise. O estudo baseou-se apenas em documentos fornecidos pelas instituições, não sendo possível analisar manifestações dos participantes, por exemplo.

Assim, sugere-se que, em pesquisas futuras, sejam realizados estudos de caso. Dessa forma, todos os aspectos de uma ação de extensão em educação financeira podem ser avaliados em profundidade e os diversos atores podem ser ouvidos. Outra abordagem que pode ser oportuna é investigar a temática no contexto do ensino e da pesquisa nas universidades.

REFERÊNCIAS

B3 (Bolsa Brasil Balcão) **B3 Educação**, 2021. Disponível em: <https://edu.b3.com.br>. Acesso em: 9 fev 2021.

BACEN (Banco Central do Brasil). **Jornada da cidadania financeira no Brasil**. Brasília, 2018. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/content/cidadaniafinanceira/Documents/Jornada%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20Financeira/jornada_educacao_financeira.pdf. Acesso em: 03 fev 2021.

BACEN (Banco Central do Brasil). **Relatório de Cidadania Financeira**. Brasília, 2018. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/Nor/relcidfin/index.html>. Acesso em: 10 fev 2021.

BACEN (Banco Central do Brasil). **O Programa de Educação Financeira**. 2021. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/pre/pef/port/pefpublicoexterno.asp?frame=1>. Acesso em: 03 fev 2021.

BACEN (Banco Central do Brasil). **Cidadania Financeira**. 2021b. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/cidadaniafinanceira>. Acesso em: 03 fev 2021.

BRASIL. **Decreto nº 5.685 de 25 de janeiro de 2006**. Institui o Comitê de Regulação e Fiscalização dos Mercados Financeiro, de Capitais, de Seguros, de Previdência e Capitalização – Coremec. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5685.htm. Acesso em: 04 fev 2021.

BRASIL. **Decreto nº 7.397, de 22 de dezembro de 2010**. Institui a Estratégia Nacional de Educação Financeira. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7397.htm. Acesso em: 05 fev 2021

BRASIL. **Lei Nº 12.527, de 18 de Novembro de 2011**. Lei de acesso a informação. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm. Acesso em: 5 mar 2021.

BRASIL. Lei Nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976. **Dispõe sobre o mercado de valores mobiliários e cria a Comissão de Valores Mobiliários**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6385compilada.htm. Acesso em: 3 mar 2021.

BRASIL. **Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional., 2019. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 5 mar 2021.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, 2020 Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 3 mar 2021.

BRASIL. **Decreto nº 10.393, de 9 de junho de 2020**. Institui a nova Estratégia Nacional de Educação Financeira - ENEF e o Fórum Brasileiro de Educação Financeira – FBEF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/D10393.htm. Acesso em: 06 fev 2021.

CNC (Confederação Nacional do Comércio). **Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor**. Confederação Nacional do Comércio. São Paulo, 2020. Disponível em: <http://cnc.org.br/sites/default/files/2020-09/An%C3%A1lise%20Peic%20-%20setembro%20de%202020.pdf>. Acesso em: 1 out 2020.

CNE (Conselho Nacional de Educação). Resolução Nº 7, de 18 de dezembro de 2018. **Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira**, 2018. Disponível: <https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/55877808>. Acesso em: 2 mar 2021.

CFPB (Consumer Financial Protect Bureau). **Effective financial education: Five principles and how to use them**. Washington, 2017. Disponível em: https://files.consumerfinance.gov/f/documents/201706_cfpb_five-principles-financial-well-being.pdf Acesso em: 05 mar 2021.

CRISTOFOLETTI, E. C.; SERAFIM, M. P. Dimensões Metodológicas e Analíticas da Extensão Universitária. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 45, n. 1, p. 1-20, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2175-623690670> Acesso em: 4 abr 2021.

CVM (Comissão de Valores Mobiliários). **Planejamento Estratégico: Construindo a CVM de 2023**. Brasília, 2019. Disponível em: https://www.gov.br/cvm/pt-br/acao-a-informacao-cvm/acoes-e-programas/plano-estrategico/planejamento_estrategico_cvm_2013_2023.pdf Acesso em: 13 fev 2021.

CVM (Comissão de Valores Mobiliários). **Centro CVM/OCDE de Educação e Letramento Financeiro para a América Latina e Caribe**. Disponível em: https://www.investidor.gov.br/menu/atividades/CentroEducacional/CentroEducacional/ICVM_OCDE.html. Acesso em: 8 fev 2021.

CVM (Comissão de Valores Mobiliário). **Portal do Investidor**. Disponível: <https://www.investidor.gov.br/index.html>. Acesso em: 2 mar 2021.

ENEF (Estratégia Nacional de Educação Financeira). **Plano Diretor da Estratégia Nacional de Educação Financeira**. Brasília, 2010. Disponível em: <https://www.vidaedinheiro.gov.br/wp-content/uploads/2017/08/Plano-Diretor-ENEF-Estrategia-Nacional-de-Educacao-Financeira.pdf> Acesso em: 5 jan 2021.

ENEF (Estratégia Nacional de Educação Financeira). **Plano Diretor da Estratégia Nacional de Educação Financeira - ANEXOS**. Brasília, 2010b. Disponível em: https://www.vidaedinheiro.gov.br/wp-content/uploads/2017/08/Plano-Diretor-ENEF-anexos-ATUALIZADO_compressed.pdf Acesso em: 5 jan 2021.

ENEF (Estratégia Nacional de Educação Financeira). **Vida e Dinheiro**, 2020. Disponível em : www.vidaedinheiro.gov.br. Acesso em: 10 out 2020.

FINRA (Investor Education Fundation). **National Financial Capability Study: State-by-State Survey Instrument**. Washington, 2018.

FINRA (Investor Education Fundation). **National Financial Capability Study - About the Study**. Disponível: <https://www.usfinancialcapability.org/>. Acesso em: 14 fev 2021.

FORPROEX (Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras). **Extensão Universitária: Organização e Sistematização**. 1. ed. Belo Horizonte: Coopmed, v. 1, 2007.

FORTE, C. M. J. **Estratégia nacional de educação financeira (ENEF): em busca de um Brasil melhor**. 1ª. ed. São Paulo: Riemma, v. 1, 2020.

GARCIA, N. et al. Financial Education in Latin America and the Caribbean: Rationale, Overview and Way Forward. **OECD Publishing**, p. 1 - 74, 2013. Disponível em: <https://www.oecd.org/finance/wp33finedulac.pdf> Acesso em: 6 jun 2021.

GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 6ª. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

GIORDANO, C.; ASSIS, M. R. S; COUTINHO, C. Q. S.. A Educação Financeira e a Base Nacional Comum Curricular. **EM TEIA – Revista de Educação Matemática e Tecnológica Iberoamericana**, Recife, v. 10, p. 1 - 20, set - dez 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.36397/emteia.v10i3.241442> Acesso em: 7 abr 2021.

HOFMANN, R. M. **Educação financeiro no currículo escolar: uma análise comparativa das iniciativas da Inglaterra e França**. 2013. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013.

LUSARDI, A.; MITCHELL, O. S. The Economic Importance of Finance Literacy: Theory and Evidence. **Journal of Economic Literature**, v. 52, n. 1, p. 5-44, 2014.

MARCONI, M.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 8ª. ed. São Paulo: Atlas, v. 1, 2019.

MEC (Ministério da Educação). **Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior**. Disponível: <https://emec.mec.gov.br/>. Acesso em: 03 jan 2021.

MERRIAM, S. B.; TISDELL, E. J. **Qualitative Research: A Guide to Design and Implamentatio**. 4ª. ed. San Francisco: Jossey-Bass, 2016.

OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico). **Improving Financial Literacy: Analysis of Issues and Policies**. 1ª. ed. Paris: OECDPUBLISHING, 2005. Disponível em: <http://www.oecd.org/bookshop?212005101P1> Acesso em: 05 fev 2021.

OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico). **Advancing National Strategies for Financial Education: A Joint Publication by Russia's G20 Presidency and the OECD**. São Petesburgo, 2013. Disponível em: https://www.oecd.org/finance/financial-education/G20_OECD_NSFinancialEducation.pdf Acesso em: 7 fev 2021.

OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico) **Financial Education**, 2020. Disponível: <https://www.oecd.org/financial/education/>. Acesso em: 1 out 2020.

OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico) **PISA 2018 Results (Volume IV): Are Students Smart about Money?** Paris: OECD Publishing, 2020. Disponível em: <https://read.oecd.org/10.1787/48ebd1ba-en?format=pdf> Acesso em: 8 jul 2021.

OCDE/INFE (Rede Internacional de Educação Financeira da OCDE) **High-level principles on national strategies for financial education**. Paris, 2012. Disponível em: <https://www.oecd.org/finance/financial-education/OECD-INFE-Principles-National-Strategies-Financial-Education.pdf> Acesso em 9 fev 2021.

OCDE/INFE (Rede Internacional de Educação Financeira da OCDE). **OCDE/INFE Toolkit for measuring financial literacy and financial inclusion**. Paris, 2018. Disponível em: <https://www.oecd.org/financial/education/2018-INFE-FinLit-Measurement-Toolkit.pdf> Acesso em: 8 mar 2021.

PEREIRA, F.; CAVALCANTE, A.; CROCCO, M. Um plano nacional de capacitação financeira: o caso brasileiro. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 2 [66], p. 541 - 561, mai - ago 2019. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ecos/article/view/8657000/21408> Acesso em 14 fev 2021.

POTRICH, A. C. G.; VIEIRA, K. M.; KIRCH, G. Você é alfabetizado financeiramente?: descubra no termômetro de alfabetização financeira. **BASE – Revista de Administração e Contabilidade da Unisinos**, Porto a Alegre, v. 13, n. 2, p. 153-170, abril/junho 2016. Disponível em: <https://hdl.handle.net/10438/18826> Acesso em: 6 jun 2021.

REIS, L. C.; BORGIS, M. O.; SILVA, V. G. M. Educação financeira: Aposentadoria sob a ótica dos acadêmicos de uma universidade pública do centro-oeste de Minas Gerais. **Research, Society and Development**, Belo Horizontes, v. 10, n. 1, p. 1-15, Janeiro 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.33448/rsd-v10i1.11638> Acesso em: 15 abr 2021

REMUND, D. L. Financial literacy explicated: the case for a clearer definition in an increasingly complex economy. **The Journal of Consumer Affairs**, v. 44, n. 2, p. 276-295, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/j.1745-6606.2010.01169.x> Acesso em: 18 fev 2021.

SERASA. **Indicador de Educação Financeira**. Serasa Experian e IBOPE Inteligência. São Paulo, p. 16. 2014.

SUSEP(Superintendência de Seguros Privados). **Ofício Circular Eletrônico N° 6/2020/DIR2/SUSEP**. Disponível: http://novosite.susep.gov.br/wp-content/uploads/2020/10/SEI_SUSEP-0811488-OF%C3%8DCIO-CIRCULAR-Eletr%C3%B4nico.pdf. Acesso em: 15 fev 2021.

SUSEP(Superintendência de Seguros Privados). **Apresentação**. Disponível em: <http://www.susep.gov.br/menu/a-susep/>. Acesso em: 15 fev 2021.

SUSEP (Superintendência de Seguros Privados). **Meu futuro seguro**, 2021b. Disponível: <https://www.meufuturoseguro.gov.br>. Acesso em: 15 fev 2021.

UTFPR (Universidade Tecnológica Federal do Paraná). **Sobre o Programa de Mestrado Profissional em Administração Pública - PROFIAP**. Disponível em: <http://www.utfpr.edu.br/cursos/coordenacoes/stricto-sensu/profiap/sobre>. Acesso em: 29 mar 2021.

VIEIRA, K. M.; MOREIRA JUNIOR, F. J.; POTRICH, A. C. G. Indicador de Educação Financeira: proposição de um instrumento a partir da Teoria da Resposta ao Item, Campinas, v. 40, p. 1-33, abril 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/ES0101-73302018182568> Acesso em: 15 mar 2021.

ZOTTEL, S.; GRADSTEIN, H. L. **Integrating Financial Capability into Government Cash Transfer Programs**. The World Bank. Washington, 2018. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10986/30116> Acesso em: 7 abr 2021.

APÊNDICE A - Relação de Universidades Públicas

Instituição	SIGLA	UF	Categoria administrativa
Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina	UFSC	SC	Estadual
Fundação Universidade Virtual do Estado de São Paulo	UNIVESP	SP	Estadual
Universidade de Pernambuco	UPE	PE	Estadual
Universidade de São Paulo	USP	SP	Estadual
Universidade do Estado da Bahia	UNEB	BA	Estadual
Universidade do Estado de Mato Grosso Carlos Alberto Reyes Maldonado	UNEMAT	MT	Estadual
Universidade do Estado de Minas Gerais	UEMG	MG	Estadual
Universidade do Estado do Amapá	UEAP	AP	Estadual
Universidade do Estado do Amazonas	UEA	AM	Estadual
Universidade do Estado do Pará	UEPA	PA	Estadual
Universidade do Estado do Rio de Janeiro	UERJ	RJ	Estadual
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte	UERN	RN	Estadual
Universidade Estadual da Paraíba	UEPB	PB	Estadual
Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão	UEMASUL	MA	Estadual
Universidade Estadual de Alagoas	UNEAL	AL	Estadual
Universidade Estadual de Campinas	UNICAMP	SP	Estadual
Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas	UNCISAL	AL	Estadual
Universidade Estadual de Feira de Santana	UEFS	BA	Estadual
Universidade Estadual de Goiás	UEG	GO	Estadual
Universidade Estadual de Londrina	UEL	PR	Estadual
Universidade Estadual de Maringá	UEM	PR	Estadual
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul	UEMS	MS	Estadual
Universidade Estadual de Montes Claros	UNIMONTES	MG	Estadual
Universidade Estadual de Ponta Grossa	UEPG	PR	Estadual
Universidade Estadual de Roraima	UERR	RR	Estadual
Universidade Estadual de Santa Cruz	UESC	BA	Estadual
Universidade Estadual do Ceará	UECE	CE	Estadual
Universidade Estadual do Centro Oeste	UNICENTRO	PR	Estadual
Universidade Estadual do Maranhão	UEMA	MA	Estadual
Universidade Estadual do Norte do Paraná	UENP	PR	Estadual
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro	UENF	RJ	Estadual
Universidade Estadual do Oeste do Paraná	UNIOESTE	PR	Estadual
Universidade Estadual do Paraná	UNESPAR	PR	Estadual
Universidade Estadual do Piauí	UESPI	PI	Estadual
Universidade Estadual do Rio Grande do Sul	UERGS	RS	Estadual

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia	UESB	BA	Estadual
Universidade Estadual do Tocantins	UNITINS	TO	Estadual
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho	UNESP	SP	Estadual
Universidade Estadual Vale do Acaraú	UVA	CE	Estadual
Universidade Regional do Cariri	URCA	CE	Estadual
Universidade Virtual do Estado do Maranhão	UNIVIMA	MA	Estadual
Fundação Universidade Federal da Grande Dourados	UFGD	MS	Federal
Fundação Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre	UFCSPA	RS	Federal
Fundação Universidade Federal de Rondônia	UNIR	RO	Federal
Fundação Universidade Federal do Abc	UFABC	SP	Federal
Fundação Universidade Federal do Pampa	UNIPAMPA	RS	Federal
Fundação Universidade Federal do Tocantins	UFT	TO	Federal
Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco	UNIVASF	PE	Federal
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira	UNILAB	CE	Federal
Universidade de Brasília	UNB	DF	Federal
Universidade Federal da Bahia	UFBA	BA	Federal
Universidade Federal da Fronteira Sul	UFFS	SC	Federal
Universidade Federal da Integração Latino-Americana	UNILA	PR	Federal
Universidade Federal da Paraíba	UFPB	PB	Federal
Universidade Federal de Alagoas	UFAL	AL	Federal
Universidade Federal de Alfenas	UNIFAL-MG	MG	Federal
Universidade Federal de Campina Grande	UFCG	PB	Federal
Universidade Federal de Catalão	UFCAT	GO	Federal
Universidade Federal de Goiás	UFG	GO	Federal
Universidade Federal de Itajubá	UNIFEI	MG	Federal
Universidade Federal de Jataí	UFJ	GO	Federal
Universidade Federal de Juiz de Fora	UFJF	MG	Federal
Universidade Federal de Lavras	UFLA	MG	Federal
Universidade Federal de Mato Grosso	UFMT	MT	Federal
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	UFMS	MS	Federal
Universidade Federal de Minas Gerais	UFMG	MG	Federal
Universidade Federal de Ouro Preto	UFOP	MG	Federal
Universidade Federal de Pelotas	UFPEL	RS	Federal
Universidade Federal de Pernambuco	UFPE	PE	Federal
Universidade Federal de Rondonópolis	UFR	MT	Federal
Universidade Federal de Roraima	UFRR	RR	Federal
Universidade Federal de Santa Catarina	UFSC	SC	Federal

Universidade Federal de Santa Maria	UFSM	RS	Federal
Universidade Federal de São Carlos	UFSCAR	SP	Federal
Universidade Federal de São João Del Rei	UFSJ	MG	Federal
Universidade Federal de São Paulo	UNIFESP	SP	Federal
Universidade Federal de Sergipe	UFS	SE	Federal
Universidade Federal de Uberlândia	UFU	MG	Federal
Universidade Federal de Viçosa	UFV	MG	Federal
Universidade Federal do Acre	UFAC	AC	Federal
Universidade Federal do Agreste de Pernambuco	UFAPE	PE	Federal
Universidade Federal do Amapá	UNIFAP	AP	Federal
Universidade Federal do Amazonas	UFAM	AM	Federal
Universidade Federal do Cariri	UFCA	CE	Federal
Universidade Federal do Ceará	UFC	CE	Federal
Universidade Federal do Delta do Parnaíba	UFDPAR	PI	Federal
Universidade Federal do Espírito Santo	UFES	ES	Federal
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro	UNIRIO	RJ	Federal
Universidade Federal do Maranhão	UFMA	MA	Federal
Universidade Federal do Oeste da Bahia	UFOB	BA	Federal
Universidade Federal do Oeste do Pará	UFOPA	PA	Federal
Universidade Federal do Pará	UFPA	PA	Federal
Universidade Federal do Paraná	UFPR	PR	Federal
Universidade Federal do Piauí	UFPI	PI	Federal
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia	UFRB	BA	Federal
Universidade Federal do Rio de Janeiro	UFRJ	RJ	Federal
Universidade Federal do Rio Grande	FURG	RS	Federal
Universidade Federal do Rio Grande do Norte	UFRN	RN	Federal
Universidade Federal do Rio Grande do Sul	UFRGS	RS	Federal
Universidade Federal do Sul da Bahia	UFSB	BA	Federal
Universidade Federal do Sul E Sudeste do Pará	UNIFESSPA	PA	Federal
Universidade Federal do Triângulo Mineiro	UFTM	MG	Federal
Universidade Federal Dos Vales do Jequitinhonha E Mucuri	UFVJM	MG	Federal
Universidade Federal Fluminense	UFF	RJ	Federal
Universidade Federal Rural da Amazônia	UFRA	PA	Federal
Universidade Federal Rural de Pernambuco	UFRPE	PE	Federal
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro	UFRRJ	RJ	Federal
Universidade Federal Rural do Semiárido	UFERSA	RN	Federal
Universidade Tecnológica Federal do Paraná	UTFPR	PR	Federal
Universidade de Gurupi	UNIRG	TO	Municipal

Universidade de Rio Verde	FESURV	GO	Municipal
Universidade de Taubaté	UNITAU	SP	Municipal
Universidade Municipal de São Caetano do Sul	USCS	SP	Municipal
Universidade Regional de Blumenau	FURB	SC	Municipal

APÊNDICE B - Mensagem de solicitação dos documentos

Prezado(a) Senhor(a)

Sou servidor da Universidade Federal do Paraná e Mestrando em Administração Pública no Mestrado Profissional em Administração Pública (PROFIAP) da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Estou desenvolvendo, para minha dissertação, uma pesquisa sobre “a inserção da educação financeira em ações de extensão de universidades públicas”, sob orientação dos professores Vanessa Ishikawa Rasoto e Gerson Ishikawa.

Em função disso, solicito as seguintes informações e documentos:

Sobre ações de extensão (programas, projetos, cursos, oficinas, eventos ou prestação de serviços) com o tema “educação financeira”, realizados na instituição, no período de 2018 a 2020.

Caso existam ações, solicito acesso, preferencialmente em meio eletrônico, aos projetos, planos de trabalho, relatórios e demais documentos que permitam caracterizar a proposta de extensão e os resultados alcançados.

Solicito também dados de contato das unidades responsáveis pela oferta das ações.

O pedido ampara-se na Lei Nº 12.527, de 18 de novembro 2011 (Lei de acesso Informação). As informações e documentos recebidos serão utilizados exclusivamente para fins da pesquisa acadêmica referida.

Antecipadamente agradeço o atendimento ao pedido.

Ronaldo dos Santos Raizer

Mestrando do Mestrado Profissional em Administração Pública (PROFIAP/UTFPR).

APÊNDICE C - Relação de ações analisadas

Título	Ano	Instituição	Classificação
Educação Financeira para o Consumo Sustentável.	2018	UNESP	Projeto
Educação financeira para idosos - Eu e minha aposentadoria: Organizando a vida financeira	2018	UFT	Projeto
Finanças Pessoais: Alternativas para Controlar as Receitas e as Despesas em Momentos de Crise 2018	2018	UEG	Projeto
Educação Financeira para a População	2018	UFAL	Projeto
Educação Financeira familiar e finanças comportamentais: conceitos e aplicações	2018	UFLA	Projeto
Abordagens inovadoras em Finanças Pessoais: Liga de Mercado Financeiro da UFMT	2018	UFMT	Projeto
Educação Financeira, Cooperativista e Gestão de Finanças Pessoais e Familiares	2018	UFOP	Projeto
Educação Financeira: Orçamento Pessoal e Familiar	2018	UFVJM	Projeto
Educação Financeira: Gestão de Finanças Pessoais como forma de enfrentamento da Violência nas Escolas Paraibanas	2018	UFPB	Projeto
Oficinas de Educação Financeira para Professores da Rede Pública de Ensino do Estado Da Paraíba	2018	UFPB	Projeto
3ª Semana de Educação Financeira de Itajubá e Região	2018	UNIFEI	Evento
Economia nas Escolas	2018	UFJF	Projeto
Educação Financeira, empreendedorismo e investimentos	2018	UFJF	Projeto
Educação Financeira e empreendedorismo no ensino médio	2018	UFJF	Projeto
Projeto Social de Educação Financeira "Meus Pila "	2018	UFSC	Projeto
Consultoria em Finanças Pessoais para o Jornal do Almoço	2018	UFSC	Projeto
Educação Financeira nas Escolas	2018	UFRN	Projeto
Educação Financeira	2018	UFSCAR	Projeto
Educação Financeira e Empreendedorismo Social.	2019	UNESP	Projeto
Finance ON: Educação Financeira nas Mídias Sociais	2019	UERN	Projeto
Finance Academy	2019	UERN	Projeto
Cofre Cheio: Educação Financeira nas Escolas	2019	UERN	Projeto
Olímpiada Brasileira de Educação Financeira	2019	UFGD	Projeto
Palestra Educação Financeira - Economia Comportamental	2019	UNIR	Evento
Princípios de Educação Financeira	2019	UFABC	Curso
Projeto de Extensão em Educação Financeira e Matemática nas Escolas Públicas no Município de Palmas	2019	UFT	Projeto

Rendimento, Gastos e Consumo Consciente: A Educação Financeira como Indutora para a Gestão Das Finanças Pessoais	2019	UNIFAL	Projeto
Finanças Pessoais e Comportamentais	2019	UFLA	Evento
Educação financeira nas escolas de Ensino Médio	2019	UFMS	Projeto
Educação financeira para alunos do ensino médio do município de Recife: aprendendo a gerir as finanças pessoais na adolescência	2019	UPE	Projeto
Curso de Aperfeiçoamento em Educação Financeira para Servidores da Rede Pública Estadual de Ensino do Rio Grande do Sul.	2019	UFFS	Projeto
Aprendendo a Planejar e Poupar: Educação Financeira Infantil em Escolas Públicas Municipais	2019	UFPB	Projeto
Capacitação em Educação Financeira para Professores da Rede Municipal de Itajubá.	2019	UNIFEI	Curso
Palestras Educativas sobre educação financeira e orçamento doméstico	2019	UFJF	Projeto
Planejamento Financeiro e Você: Jovens	2019	UFSC	Evento
Educação Financeira no Ensino Fundamental II	2019	UFRN	Projeto
Educação financeira para jovens	2019	UFRN	Projeto
Disseminando a educação financeira nos espaços de graduação da UFRN para formar jovens financeiramente responsáveis: integração com a 6ª semana nacional de educação financeira	2019	UFRN	Projeto
Técnicas e práticas para administração das finanças pessoais	2019	UFRN	Projeto
Workshop Educação Financeira Para Casais	2019	UFRN	Evento
Educação Financeira para Promoção da Cidadania Financeira.	2020	UNESP	Projeto
Educação Financeira nos anos iniciais do Ensino Fundamental	2020	UFAL	Projeto
Olimpíada Brasileira de Educação Financeira	2020	UFS	Projeto
Finanças Pessoais: a utilização de ferramentas para o controle de gastos familiares	2020	UNIFESSPA	Projeto
Ação Humana: Educação Financeira para Todos	2020	UNIFESSPA	Projeto
Olimpíada Brasileira de Educação Financeira	2020	UFRN	Projeto
Turminha das Finanças Vai à Escola	2020	UERN	Prestação de Serviços
Educação Financeira: da sala de aula para a vida	2020	UEPB	Projeto
Educação Financeira e Planejamento Financeiro Pessoal e Familiar	2020	UEFS	Projeto
Educação financeira para mulheres negras empreendedoras	2020	UEFS	Projeto
Educação Financeira: Matemática, Economia e Cidadania	2020	UEL	Projeto
Liga Financeira da UEL	2020	UEL	Projeto

Educação Financeira e Orçamento Doméstico diante da crise do COVID19	2020	UEMS	Projeto
Educação financeira pessoal e familiar	2020	UEPG	Projeto
Olimpiada Brasileira de Educação Financeira	2020	UNIR	Projeto
Educação Financeira	2020	UNIR	Projeto
Educação Financeira Durante a Pandemia da COVID-19	2020	UNIR	Projeto
Organização Financeira	2020	UFAL	Evento
Olimpiada Alagoana de Educação Financeira	2020	UFAL	Projeto
Olimpiada Brasileira de Educação Financeira	2020	UNIFAL	Projeto
Planejamento Financeiro: Uma Iniciação ao Mercado Financeiro	2020	UNIFAL	Projeto
Ajuste de Contas: Como engrenar suas finanças	2020	UFG	Projeto
Educação Financeira pra todos	2020	UFMG	Projeto
Envelhecimento Ativo: Um Olhar sobre a Educação Financeira e para o Consumo	2020	UFV	Projeto
Economize.com	2020	UFAC	Projeto
Olimpiada Brasileira de Educação Financeira	2020	UFC	Projeto
Olimpiada Brasileira de Educação Financeira	2020	UFMA	Projeto
Multiplicando Valor: Educação Financeira com Isabella Fontanella	2020	UFOB	Evento
Curso introdutório sobre o tema Educação Financeira e sua interface com Base Nacional Comum Curricular (BNCC)	2020	UFFS	Projeto
Educação Financeira da Transformação ao Resultado: O Uso Da Estatística E Matemática Financeira para Mudança de Comportamento	2020	UFPB	Projeto
Cuidando das Finanças Pessoais	2020	UFPB	Projeto
Educação Financeira para Todas	2020	UFPB	Projeto
Educação Financeira - Passos iniciais	2020	UFSC	Evento
Curadoria de Conteúdo para a Warren Brasil	2020	UFSC	Projeto
Educação Financeira: Consumo, trabalho e dinheiro	2020	UFRN	Projeto
Educação Financeira: Planejando o Futuro	2020	UFRN	Projeto
Educação Financeira na Agricultura Familiar	2018-2018	UFTM	Projeto
Desmistificando a Análise Econômico-Financeira Pessoal: Uma Assessoria Econômico-Financeira à Comunidade de Foz do Iguaçu (PR).	2018-2019	UNILA	Projeto
Assessoria em Finanças Pessoais	2018-2019	UNIFAL	Projeto
A Integração da Educação Financeira nas Escolas de ensino básico em conformidade com o projeto de Lei 4.915/16 no município de Rondon do Pará	2018-2019	UNIFESSPA	Projeto
Educação Financeira para toda a Vida	2018-2019	UFPB	Projeto
Planejamento e Orçamento Financeiro e pessoal	2018-2020	UTFPR	Projeto

Estruturação e organização financeira dos agricultores familiares de Ouro Preto e Mariana	2018-2020	UFOP	Projeto
Alternativas para Controlar as Receitas e a Despesas em Momentos de Crise	2018-2020	UEG	Projeto
Investindo para o Futuro	2018-2020	UNIFAL	Programa
Olimpíada Brasileira de Educação Financeira	2018-2020	UFV	Projeto
Educação Financeira: estímulo à valorização da renda e do trabalho em municípios da região de abrangência da UFV Campus de Florestal	2018-2020	UFV	Projeto
Olímpiada Brasileira de Educação Financeira	2018-2020	UFRA	Projeto
Curso de Finanças pessoais e investimentos no mercado financeiro	2018-2020	UFPB	Projeto
Educação Financeira nas Famílias do Vale do Mamanguape: Como andam nossas contas?	2018-2020	UFPB	Projeto
Educação financeira: planejamento orçamentário familiar numa compreensão socioeconômica	2018-2020	UFPA	Programa
A Matemática Financeira e a Estatística como Ferramentas para Consumo Consciente de Alunos Do Ensino Médio	2019-2020	UFPB	Projeto
Mais Educação Financeira	2019-2020	UEMA	Projeto
Educação Financeira para Alunos do EJA - Educação De Jovens e Adultos e Ensino Médio de Santa Maria	2019-2020	UFSM	Projeto
Educação Financeira Voltada Para Pacientes Em Tratamento Do Câncer	2019-2020	UFPB	Projeto
Projeto de Educação Financeira para Estudantes do Ensino Fundamental e Médio das Escolas Estaduais do Município de Santa Maria/RS	2019-2022	UFSM	Projeto